

Por uma antropologia das elites no Brasil

For an anthropology of elites in Brazil

Laura Graziela Gomes

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Antonio Motta

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

Antonio Carlos de Souza Lima

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

O texto introdutório do Dossiê tem como objetivo apresentar aos/às interessados/as o tema das elites nas ciências sociais, além de situá-los quanto ao estado da arte em que se encontram os estudos antropológicos sobre tais grupos no cenário internacional, ao modo de um sobrevôo, e no Brasil em específico, com relevo para pesquisas e pesquisadores que se debruçaram sobre o tema, mesmo não sendo de forma explícita. Dessa forma, esta introdução buscou destacar como muitas dessas investigações realizadas muitas vezes na fronteira ou entranhadas em pesquisas de Antropologia Política, Antropologia do Direito, Antropologia do Estado, Antropologia Urbana e do Consumo, contribuíram de modo determinante para iluminar as questões que dizem respeito às elites nacionais, desde sua formação histórica, econômica até o momento atual. Propondo linhas gerais de uma agenda para a investigação antropológica das elites em nosso país, a Introdução apresenta uma amostra de textos selecionados que apresentam ao público leitor aspectos cruciais da virada neoconservadora e ultra/neoliberal para a extrema direita pela qual passamos, assim como mostram outros momentos e formas de articulação entre as elites nacionais e internacionais.

Palavras-chave: Elites, Elites brasileiras, Antropologia das elites.



ABSTRACT

The Dossier's introductory text aims to introduce those interested to the theme of elites in the social sciences, in addition to situating them in terms of the state of the art in which anthropological studies on such groups on the international scene are located, in the manner of an overflight, and in Brazil specifically, with emphasis on research and researchers who have focused on the subject, even if not explicitly. In this way, this introduction sought to highlight how many of these investigations, often carried out on the frontier or embedded in research in Political Anthropology, Anthropology of Law, State Anthropology, Urban and Consumption Anthropology, have contributed in a decisive way to clarifying the issues related to national elites, from its historical and economic formation to the present moment. Proposing general lines of an agenda for the anthropological investigation of elites in our country, the Introduction presents a sample of selected texts that present to the readership crucial aspects of the neoconservative and ultra/neoliberal turn to the far right that we are going through, as well as show other moments and forms of articulation between national and international elites.

Keywords: Elites, Brazilian Elites, Anthropology of Elites.

INTRODUÇÃO

Pesquisar antropologicamente as *elites* em sociedades contemporâneas como a brasileira é um desafio, seja por razões teóricas ou metodológicas quanto éticas e políticas. A categoria conceitual *elite(s)* comporta compreensões diversas quanto à sua aplicabilidade, em grande parte, devido à fluidez de sentidos e significados quanto ao seu uso e função. Conceituar um segmento social como *elite*, implica em constatar que, na maioria das sociedades, há uma diferenciação interna de grupos que controlam recursos igualmente diferenciados (econômicos, políticos, culturais, religiosos, etc.). Estes recursos se sobrepõem e se articulam na constituição desses grupos sociais, situados em escalas também variadas: locais, regionais, nacionais e internacionais.

No caso da antropologia, salvo exceções, como por exemplo os trabalhos de Abner Cohen (1974) sobre a região do centro da cidade de Londres, que concentra operações comerciais e financeiras, a *City*, ou ainda em seu estudo no estado nacional de pequena escala como Serra Leoa (1981), até os anos de 1970, poucos antropólogos enunciaram seus trabalhos como pesquisas sobre os grupos de “poderosos” dentre os detentores de recursos específicos. Diante

de tal quadro, Laura Nader (2020 [1972]) chamou a atenção para os ganhos – teóricos, metodológicos, epistemológicos e éticos – do estudo antropológico de segmentos e organizações detentoras de alta posição em sociedades de grande complexidade e de larga escala contemporâneas; ela mesma tendo estudado aspectos do funcionamento judiciário norte-americano, como também a produção de energia ou o funcionamento de laboratórios científicos. A proposição de Nader foi amplamente recuperada nos anos posteriores, e isso não nos impede de constatar que seja possível aplicar também ao contexto brasileiro, uma vez que o estudo desses segmentos e grupos sociais enquanto tais pode encontrar elementos abundantes em diversas outras etnografias, orientadas para os temas mais variados.

Não cabendo neste texto tal exegese, propomo-nos apenas sinalizar a importância, atualidade e significado de tal proposição, partindo do seu contexto de formulação primeira e acompanhando alguns (mas não todos) movimentos da própria antropologia no estudo das elites e, sobretudo, pensando essas pesquisas no cenário brasileiro, bem como a oportunidade e importância dos textos coligidos nesse dossiê para entender as dinâmicas das elites, as assimetrias sociais e o recrudescimento do autoritarismo sob o qual vivemos.

AS CIÊNCIAS SOCIAIS E O ESTUDO DAS ELITES

Se em relação à antropologia as elites continuam, de certo modo, um objeto ainda pouco explorado, não se pode afirmar o mesmo de outras áreas afins, a exemplo da sociologia, da política e da história¹. Por ter uma maior afinidade com as interpretações macroestruturais da sociedade, a sociologia, desde cedo, mostrou-se mais sensível às questões relacionadas à estratificação social, às disputas e posições de poder, às hierarquias de prestígio, à mobilidade social, ao capital político e econômico, à formação e manutenção de redes corporativas, entre outras categorias analíticas que têm se prestado a diferentes tipos de abordagem sobre as elites ocidentais, sendo frequentemente definidas como elites empresariais, políticas, governamentais, militares, religiosas, intelectuais, etc.

¹ Vale lembrar que Mário Grynszpan, docente do curso de história da UFF, pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil-Fundação Getúlio Vargas, produziu no doutorado em Antropologia Social do Museu Nacional uma análise sócio-histórica da teoria das elites (1999). O CPDOC/FGV abriga um dos mais importantes acervos de documentação escrita e audiovisual das elites políticas e intelectuais do Brasil republicano.

No âmbito da teoria social, já se tornou lugar-comum eleger como precursores deste tema os pensadores italianos Vilfredo Pareto (1935) e Gaetano Mosca (1984). No final do século XIX e início do XX, no contexto de consolidação do universalismo liberal, inspirado na premissa contratual de igualdade entre os indivíduos, ambos autores indagaram como era possível que pequenos grupos continuassem a governar uma maioria. Embora influenciados pelas estruturas de poder agrárias na Itália, foram eles os primeiros a chamar a atenção para o fato de que em toda e qualquer sociedade ou grupos geograficamente localizados, independentemente da época ou do lugar, havia uma minoria que, investida de determinados atributos adquiridos por suas habilidades e recursos, tendia a se destacar da maioria por meio de ações que visavam o controle do poder. Tal definição, embora ampla e com uma forte ênfase nas propriedades estruturais da organização social, foi reiterada por outros autores, porém, acrescida de variações analíticas e perspectivas teóricas diferenciadas ao longo do tempo, como comprova em outra direção analítica a reflexão desenvolvida por Thorstein Veblen. Para este autor, a cultura desempenha um papel importante na formação e manutenção de determinados grupos sociais, com ênfase em suas práticas sociais, hábitos adquiridos, formas de consumo e modos de vida diferenciados².

Inserido na linhagem das contribuições precedentes, Wright Mills (2000) publicaria, em 1956, o livro *The Power Elite*. Neste livro, o sociólogo identificava uma nova coalizão de grupos que granjeavam o comando e o prestígio nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Seu principal argumento assentava-se no pressuposto de que a junção do poder militar, estatal e industrial formava uma espécie de casta (no sentido atribuído por Veblen) cujos membros, dadas as suas origens sociais compartilhadas, interesses e confianças mútuas, direcionavam suas ações a fim de solidificar o poder. Mills também rejeitou a visão do poder como uma organização dispersa, plural e democrática em detrimento de uma visão de poder concentrada nas mãos dessas três instâncias que, segundo ele, compunham a chamada elite do poder.

Muito tem em comum com Mills o sociólogo G. William Domhoff (1967), que deu continuidade às pesquisas sobre a construção social das elites na sociedade norte-americana. Foi um dos primeiros a observar que as classes altas americanas se diferenciavam das classes superiores europeias na medida em que eram compostas, em sua maioria, por empresários de sucesso e profissionais liberais corporativos, ao contrário do que usualmente predominava na

² Veblen (1994), ademais, pode ser considerado um dos precursores dos estudos sobre o consumo. Sugere que o poder, o prestígio e o status são marcados por meio de objetos que dependem de formas privilegiadas e exclusivas, controladas por códigos suntuários, sendo a moda, que se distingue do vestuário, um exemplo privilegiado das formas de singularização e diferenciação das elites em relação aos demais grupos sociais.

maioria dos países europeus, onde grande parte das elites provinha da velha aristocracia. Para ele, a mobilidade social nos Estados Unidos ocorria frequentemente por meio da cooptação de jovens bem-sucedidos pela via educacional e que, por sua vez, haviam frequentado as mesmas instituições de ensino no país. Visto deste ângulo, a constituição dos quadros de elite exigia uma formação comum e uma articulação em redes formais, o que explica, segundo Domhoff, a inserção de alguns indivíduos em cargos estratégicos do governo e de empresas, reforçados pela crença compartilhada em torno de valores comuns e laços de confiança entre si.

Tanto Domhoff quanto Mills se empenharam em entender e desvendar o papel das redes formais de elite, de forma mais centralizada, ambos acreditando que as elites funcionais tenderiam a se fundir em uma única elite de poder organizada em torno de interesses corporativos. Mas este tipo de interpretação foi posteriormente relativizado por outros autores que preferiram identificar a existência de redes informais e outros tipos de interconexões menos evidenciadas entre grupos de elites. Convém observar que a ideia de pensar uma centralidade para compreender o fenômeno das elites tem enfrentado certas dificuldades, dado o próprio caráter plástico que as elites assumem em diferentes contextos. A diversidade ou pluralismo que assumem revelam, em muitos casos, uma tensão e competição entre elas. Com efeito, as novas elites, ao contrário, geralmente não constituem grupos fixos e facilmente identificáveis como havia postulado Mills. Uma de suas características contemporâneas mais evidentes é a flexibilidade em redes, pois representam grupos móveis, dinâmicos, globalizados e não são facilmente identificáveis. Além disso, há uma tendência em considerá-las cada vez mais descentralizadas.

São vários os caminhos possíveis para o seu entendimento. No eixo macrossociológico, das grandes interpretações estruturais da sociedade norte-americana, e com forte tônica ensaística, destaca-se a contribuição de Christopher Lasch no livro *The Revolt of the Elites and Betrayal of Democracy*, publicado em 1994. Entre os aspectos contemplados em sua análise, Lasch (1994) observa que as novas elites vivem em mundos apátridas, criando artificialmente suas próprias zonas de refúgio e conforto distanciadas do convívio comunitário. Além disso, costumam agir de forma autocentrada, descompromissadas com interesses coletivos e deveres sociais de solidariedade para com a sociedade em geral. Comumente identificam-se mais com os seus congêneres estrangeiros – movidos por fluxos de interesses financeiros transnacionais – do que com seus compatriotas e, na maioria das vezes, têm falhado com os deveres cívicos de cidadania. Na visão do autor, a falta de vínculos locais e nacionais das elites contemporâneas produzem uma ruptura com o pacto social que tem ameaçado a democracia.

Na linha de uma reflexão mais estrutural e abrangente sobre as elites, não se deve minimizar o esforço sistemático empreendido por Pierre Bourdieu, notadamente após a publicação

do livro *La Distinction. Critique sociale du jugement*, publicado em 1979. Ao invés de considerar as elites como grupos unicamente investidos de poder econômico, político e de comando sobre os demais, Bourdieu foi mais adiante ao eleger a cultura como um dos principais recursos, preferindo utilizar o termo capital cultural como signo distintivo e de legitimação de determinados grupos sociais. Ao se reconhecerem publicamente, por meio de determinadas disposições culturais ou marcadores distintivos, estes grupos constroem suas próprias identidades através da delimitação de fronteiras simbólicas. Segundo essa ótica, para se constituírem como um grupo e não apenas uma categoria isolada, as elites necessitam cultivar um conjunto particular de gostos, valores e modos de estar no mundo que sejam compartilhados e reconhecidos por seus membros. Para isso, Bourdieu observa que a formação do gosto e *habitus* das elites são determinados pela posição social que elas ocupam, constituindo também um modo de dominação simbólica³. Com muita frequência, os membros de diferentes tipos de elites conseguem transformar seus próprios modos de vida em padrão a partir do qual as práticas de outros grupos sociais podem ser comparadas, sendo balizadas por marcadores culturais quase sempre excludentes (BOURDIEU, 1980). Além disso, as categorias analíticas, propostas por Bourdieu, oferecem uma perspectiva multidimensional que permitem relativizar o grau de prestígio que ocupam determinados grupos de elites em relação a outros grupos. Afinal, não se pode esquecer que os grupos das elites não existem em si, mas em função do controle de capitais que lhes confere o *status* de elite. Dito de outro modo, a existência das elites depende das relações com outros grupos de posicionamento inferior na ordem social, mesmo que entre eles não se estabeleçam contatos de proximidade. Em última instância, o sociólogo francês sugere que determinados grupos que detêm maior capital cultural e social, a depender do contexto envolvido, podem ser considerados de maior prestígio do que outros, que se valem apenas do capital financeiro como forma de se legitimar socialmente. Faz parte de seu projeto intelectual entender como essa consciência é criada pelas elites e cultivada por elas como forma de reconhecimento e garantia de seu próprio status, além de criarem estratégias para sua manutenção e reprodução.

A influência do pensamento de Bourdieu no campo das elites ainda é considerável, tanto na França como em outros países, inclusive no Brasil⁴. Uma de suas principais legatárias na

3 Para a distinção entre condição de classe e posição de classe, ver Bourdieu (1974); para o papel do *habitus* na formação de classes, ver Bourdieu (1984).

4 No Brasil, o pensamento de Pierre Bourdieu vem contribuindo para diferentes tipos de abordagens sobre as elites. Um dos primeiros a utilizar as teorias de Bourdieu foi o sociólogo Sergio Miceli, que concluiu seu doutorado na França sob a orientação do próprio Bourdieu, em 1978. Miceli tem se dedicado à sociologia do campo intelectual no Brasil, tendo publicado, em 1979, o livro *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*, resultado da sua tese de doutorado. Depois dele vários outros pesquisadores utilizaram Bourdieu para estudarem as elites nacionais

França, a socióloga Monique de Saint Martin (1993), utilizou a noção de “capital simbólico” e de “reconversão” para estudar a nobreza francesa. Saint Martin observa que os títulos de nobreza embora tenham deixado de ter existência legal e jurídica na França contemporânea, não deixam, contudo, de conferir prestígio aos seus detentores. Isto porque, em muitos casos, esse capital simbólico (título nobiliárquico, propriedade com castelo etc.) foi reconvertido em capital econômico (ações, participação em Conselhos, associações, presidência de sociedades, cargos de direção etc.) e capital político (mandato de senador, membros de assembleia municipal, de associações etc.).

Em direção parecida, os sociólogos Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot têm igualmente se debruçado sobre as elites financeiras e a riqueza para desvelar os processos de dominação e de reprodução do capital social e financeiro, deixando evidenciar em algumas de suas pesquisas que a sociedade francesa contemporânea tem se revelado profundamente desigual, especialmente com a acumulação de riqueza por parte de famílias de elite endinheiradas ligadas ao capital financeiro internacional. Esta desigualdade pode ser constatada empiricamente em Paris entre os bairros (*quartiers*) do Oeste, em contraste com os do Leste. Em seu livro, *Les Beaux Quartiers* (1989), os autores demonstraram como essa diferença marcada nos imóveis, nas ruas e no comércio neste lado da cidade confirma a hipótese de ambos de que existe uma segregação dos ricos em relação aos mais pobres. Entretanto, da publicação do livro para cá, é perceptível o avanço da fronteira dos ricos para o leste em virtude do processo de gentrificação que visou, sobretudo, os *quartiers* tradicionais do Leste - como o Marais, por exemplo. Tendência que só aumentou, avançou e acabou expulsando os residentes tradicionais do Leste (pequena burguesia, operários e imigrantes) para as periferias (*banlieues*).

Outra contribuição não menos importante foi a de Luc Boltanski (1982) no campo de estudos sobre a emergência de novos grupos de elite no contexto do capitalismo contemporâneo. Sob a égide do neoliberalismo de Margareth Thatcher (1979 e 1990) e de Ronald Reagan (1981 a 1989), o autor divisou o surgimento de uma “nova elite” que possuía características sociais, etárias e ocupacionais, ao mesmo tempo que já se apresentava como um grupo transnacional. Uma das características identificadas por Boltanski era a heterogeneidade destes indivíduos quanto às suas origens, formações (diplomas), sendo alguns autodidatas para as funções que

e regionais. Porém, a maioria deles ainda tem privilegiado recortes macrosociológicos articulados a contextos históricos e, em alguns casos, com foco na construção narrativa do pensamento social brasileiro, com inflexão em suas formulações ideológicas, no poder e na influência que alguns intelectuais exercem na esfera pública nacional. Por outro lado, observa-se pouco interesse analítico em entender o conteúdo e mecanismos estratégicos que vários outros grupos de elites habitualmente se utilizam para fins de sua permanência e continuidade, como também pouca atenção empírica é dispensada ao funcionamento interno das disposições culturais das elites.

ocupavam, além do fato de serem bastante jovens. Segundo o autor, criou-se, assim, o mito do “jovem executivo dinâmico” ou os *yuppies* como se tornaram mais conhecidos no contexto anglo-saxão e midiático internacional. O que os unia era o “espírito de iniciativa”, isto é, o fato de apostarem no risco, confiarem no igualitarismo, na meritocracia e adotarem incondicionalmente os modelos de gestão americana. A maioria estava disponível para grandes jornadas de trabalho que se misturavam às viagens de negócios para onde eram enviados, a fim de representarem os interesses de suas empresas e patrões, em troca de vantagens, como altos salários, bonificações, viagens que poderiam ser uma mistura de trabalho e diversão (substituindo férias que jamais eram gozadas) e, por fim, o acesso aos padrões de consumo das grandes elites (roupas de grife, apartamentos fabulosos, hotéis de luxo, além de outras vantagens indiretas). Muitos deles tornaram-se CEO's (Chief Executive Officer) – uma categoria que entrou em circulação nesta época – de grandes empresas durante o processo de “profissionalização” pelas quais passaram neste período, chegando mesmo a se tornarem, alguns deles, empresários, sócios ou acionistas das empresas de seus ex-patrões ao se lançarem no mercado financeiro e comprarem ações. O fato de não possuírem muitos bens de origem e nem a educação formal das grandes elites, já que muitos eram egressos das pequenas e médias burguesias, mas serem ambiciosos e individualistas, permitiu a este segmento com todos os atributos assinalados acima criarem um imaginário próprio que deu o tom dessas décadas⁵.

Mais recentemente, outros olhares sobre as elites têm sugerido direcionamentos temáticos, analíticos e metodológicos inovadores com ressonância nos novos fenômenos contemporâneos, especialmente no mundo globalizado das finanças, com forte inflexão empírica em casos particulares e contextos específicos⁶. Em tais estudos, cruzam-se temas como a globalização, a homogeneização de padrões de regulação e de práticas empresariais facilitando a composição de associações internacionais, o que implica na produção de quadros em certos espaços de formação, compartilhando conhecimentos produzidos por *think tanks*, agências e práticas de treinamento e subjetivação, associada à expansão do imperialismo jurídico e policial estadunidense após o 11 de setembro de 2003. À expansão da ideologia do “Estado de direito” ao

5 Boltanski retomou, com Ève Chiapello (2009) o estudo dos novos quadros dirigentes das empresas capitalistas no quadro do capitalismo transformado dos anos 1990, que se fez acompanhar, no contexto europeu ocidental, de uma crescente desmontagem do Estado de bem estar social (e conseqüentemente enfraquecimento das elites a eles associadas, assim como de suas conseqüências), redundando numa altíssima taxa de lucro de segmentos de ponta do capital financeiro internacional, com a crescente homogeneização global de padrões de ação e ideologias empresariais, e na concentração de renda no estrato dos 1% mais ricos.

6 Ver: Beaverstock (2002); Beaverstock, Hubbard e Short (2004); Hay (2013); Graz (2003); Robinson (2010); Graham (1999); Rothkopf (2008); Seidel (2010); Frank (2007), Rothkopf (2009); John Scott (2008); Frank (2007), Bottomore T. (1993); Dezalay & Garth (2002; 2010; 2011) entre outros.

modo americano (NADER; MATTEI, 2013) como instrumento de intervenção, junta-se a crescente hegemonia das corporações globais até na formação das mentalidades cívicas (URBAN, 2014). Diferentemente das abordagens macroestruturais, frequentemente centradas apenas nas relações de poder, de reprodução e gestão dos recursos econômicos e sociais, a relativamente incipiente antropologia das elites enquanto tais, tanto no contexto internacional quanto no Brasil, tem buscado estudar e entender as elites, suas formas de produção e reprodução, a partir de outras estratégias de reconhecimentos. A pesquisa com elites tem resultado em ricas reflexões metodológicas, ao privilegiar sobretudo pequenas unidades empíricas, contextualizadas e apreendidas através de recortes etnográficos (HERZ; IMBER, 1993 numa introdução e número dedicado à etnografia de elites). Muitas vezes tais estratégias visam contornar inevitáveis problemas de acesso e posicionamento ético (ORTNER, 2010; CASTILHO; TEIXEIRA; SOUZA LIMA, 2014), combinando a pesquisa de campo com a etnografia de documentos (FERREIRA; LOWENKRON, 2020) e com processos de globalização (RIBEIRO, 2018).

A perspectiva de compreender as elites a partir “de dentro”, isto é, através das especificidades de cada grupo, por meio da pesquisa de campo, certamente, seria a contribuição mais importante a ser oferecida pela antropologia. Este, por exemplo, foi o caminho contemplado por alguns antropólogos, entre eles, João de Pina Cabral e Antonia Pedrosa de Lima (2000). Os autores se propõem a examinar as estratégias de escolha e sucessão das elites empresariais em diferentes contextos socioculturais em que as supostas lideranças constituem a base de continuidade do grupo.

Passada mais de uma década, a discussão sobre as elites, então iniciada por Nader, seria retomada por George Marcus, em 1983, quando este publicou a coletânea intitulada *Elites: Ethnographic Issues*. Segundo Marcus, a própria definição do termo elite comporta certas ambiguidades semânticas devido sua fluidez e, além disso, por ser também frequentemente associado a grupos privilegiados, denotando, assim, valores excludentes, tais como riqueza, superioridade e status. Isso, provavelmente, teria provocado antipatia e certo tipo de resistência ideológica entre boa parte dos antropólogos. Afinal, a escolha e relação com o objeto a ser pesquisado se estabelece com maior intensidade pela empatia do que pela antipatia.

Como observa George Marcus, a complexidade semântica que o termo elite abrange advém do fato de ser um termo de referência e não um termo de autoreferência para as elites. Neste sentido, é provável que aqueles que olham “de baixo” para “os de cima” tendem a identificar mais homogeneidade entre eles, o que não corresponde necessariamente à percepção que os grupos de elite constroem sobre si mesmos. Estando na posição “de cima”, isso permite as elites identificarem horizontalmente diferenças posicionais entre elas e que as distinguem inter-

namente. Deste modo, as etnografias das elites podem contribuir para elucidar diferenças entre as elites e, sobretudo, o modo como os outros grupos as percebem. Por isto, de acordo com essa perspectiva, deve-se examiná-las a partir do próprio ponto de vista interno ao grupo, a fim de poder entender sua visão de mundo e suas relações sociais desde o seu “interior”. Corroborando esta ideia, Edward Hansen e Timothy Parrish observam que:

O papel das elites não pode ser inferido apenas a partir de critérios posicionais - quem ocupa qual posição, quem é casado com quem, quem pertence a qual clube e assim por diante. Seu comportamento deve ser observado diretamente ao longo do tempo. Esse é precisamente o domínio adequado da etnografia, uma das principais razões pelas quais acreditamos que a antropologia tem uma missão crítica a cumprir na resolução desse debate, e que a investigação etnográfica sistemática sobre a natureza das famílias e redes de elite ajudaria bastante a resolver uma questão obsoleta. (HANSEN; PARRISH, 1983, p. 261).

Existe hoje uma já razoável bibliografia dispersa em periódicos e coletâneas sobre o tema que se mostra ainda mais atual após a leva de recrudescimento autoritário no plano dos valores, associado ao ultraliberalismo numa combinação diferenciada em relação a outros períodos históricos recentes, e encontramos dispersas em páginas na internet proposições analíticas e elementos de divulgação. Não se trata aqui de fazer uma varredura ampla e profunda, mas sim de sinalizar as orientações básicas sobre a importância desse estudo, e que este dossiê traz nos textos que selecionou. Uma menção, no entanto, deve ser feita: boa parte dos estudos que se pode localizar nos periódicos em língua inglesa aborda as elites de países não europeus ou da América do Norte estadunidense e canadense. Ou seja, a assimetria que Nader propôs que enfrentemos criativamente é transferida para países (salvo pela extensa e dinâmica produção indiana) para a relação entre os países de onde se escreve em relação àqueles que se estuda. A situação muda radicalmente quando transferimos a visada etnográfica para “dentro” dos contextos sociais em que vivemos, como de algum modo tem sido a marca da antropologia produzida desde o Brasil.

O ESTUDO DAS ELITES NO BRASIL

No Brasil, a produção de conhecimento sobre suas elites é significativa e, de certo modo, abrange uma quantidade bem maior de trabalhos e obras que não serão citadas, porque que não foram assim enunciadas e identificadas por seus autores como tais, por diferentes particularida-

des relacionadas à organização do campo das ciências sociais e de suas instituições no Brasil, mas que decerto constitui parte intrínseca da história das ciências sociais do país, em menor escala na antropologia. Não nos cabe apresentar uma lista exaustiva de todos esses exemplos, apenas destacar aqueles cujo tema, objeto e reflexões influenciaram as abordagens sobre as elites brasileiras contemporâneas, especialmente, após o processo de redemocratização e, de certo modo, “previram” certos desdobramentos futuros, cujos desfechos de alguns deles, estamos experimentando nesse momento⁷.

Em todo caso, não se poderia deixar de mencionar algumas referências importantes no âmbito do pensamento social brasileiro. Vários são os autores que, de forma implícita ou explícita, focaram o papel das elites no processo de formação e consolidação do estado nacional. Como convém ao gênero narrativo dos grandes intérpretes do Brasil, o fenômeno das elites foi tratado de forma abrangente e muito frequentemente através do gênero ensaístico, geralmente numa perspectiva histórica de longa duração, com ênfases variadas, a depender das matizações ideológicas de cada autor. Uma referência importante é o livro de Raymundo Faoro (1979), *Os Donos do Poder*, publicado em 1958. Fortemente influenciado pelo pensamento weberiano, o ponto de inflexão apresentado pelo autor brasileiro – grosso modo – é de que as elites nacionais podem ser qualificadas como estamentos (aristocráticos, eclesiásticos, forenses, militares e burocráticos), o que, segundo esta perspectiva compreensiva, tais estamentos converteram-se em “órgãos do Estado” a serviço de seus próprios interesses e vice-versa. Com isto, passaram a concentrar um poder minoritário em uma esfera institucionalizada mais ampla – que supostamente caberia à sociedade civil – o que os permitiram a exercer formas de controle, como também angariar benesses do Estado patrimonial e, em contrapartida, mobilizar recursos para se assegurar suas reproduções patrimoniais.

Na mesma linha compreensiva, Faoro publicaria, em 1974, o livro *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. De forma esquemática, poder-se-ia dizer que a pirâmide representava a estrutura vertical das classes (o trabalho braçal na ordem escravocrata, a exploração de pobres

⁷ A redemocratização (1985-1989), como tal ciclo é denominado nas ciências sociais e na historiografia vem sendo designado, se entretenceu a muitos outros processos sociais complexos nos âmbitos governamentais e não-governamentais e seus limites podem ser estendidos ou comprimidos de acordo com a posição de que se olhe a vida pública brasileira. Se olharmos do ângulo das questões fundiárias ou indígenas, ainda que a Constituição permaneça fundamental, os marcos são integralmente diferentes e sinalizam para elementos que continuaram a restringir o pleno acesso à cidadania de múltiplos setores sociais, e a manutenção de padrões seculares de desigualdade. A literatura sobre tais múltiplos níveis e feixes de processos é ampla, seja nas ciências sociais ou na história. Para o sentido dicionarizado do emprego do termo na historiografia brasileira, ver Lamounier, 2010, em <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/redemocratizacao>. Acesso em 2/11/2021. Dentre muitos outros, veja-se D’Incao, 2001; Oliven, Ridenti e Marçal, 2008; Carvalho, Araújo e Simões, 2009; Arretche, 2018.

e parias mestiços livres assalariados) enquanto no seu topo se plasmava o dinheiro e o negócio, isto é, a mola propulsora da riqueza, representados por banqueiros, proprietários de terras (fazendeiros) e comerciantes⁸. Estes últimos, constituíam camadas intermediárias, bem como outros segmentos que ascenderiam socialmente por meio das relações de trocas de favores, consideradas a partir de então como uma prática estrutural da sociedade brasileira⁹.

No âmbito da produção acadêmica universitária, o tema das elites mobilizou também intelectuais de sensibilidades diversas, sobretudo uma geração que despontou na vida intelectual, a partir da década de 1960, em torno de pesquisas sobre as elites econômicas e empresariais no Brasil, especialmente nas áreas da sociologia, da ciência política, das relações internacionais e da história. Ao contrário das grandes interpretações anteriores, que caracterizam o pensamento social brasileiro, a produção do conhecimento universitário privilegiou recortes temáticos específicos, conferindo especial atenção à análise de dados empíricos, obtidos através de pesquisas sistemáticas. Como referências pioneiras nesta temática destacam-se os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso (1964; 1967), Luciano Martins (1968), Luiz Carlos Bresser-Pereira (1974), Renato Boschi (1977). Posteriormente, combinando a crítica sociológica com a ciência política, destacam-se as pesquisas de Eli Diniz (1978), Maria Antonieta Leopoldi (1984). Mais recentemente, vários sociólogos, cientistas políticos e historiadores vêm se debruçando e revisando o campo de estudo sobre as elites com enfoques diversificados, a exemplo de Paulo Roberto Neves Costa (2014), Renato Perissinotto, Adriano Codato (2014), entre outros. Trabalhos como os de Adorno (1988), Canedo (1998), dentre muitos outros, enfocaram diretamente processos de socialização essenciais na formação de elites políticas sobretudo ligadas ao patronato rural “tradicional” e suas formas de reconversão, bem como geraram espaços para se pensar na produção de grupos sociais que viriam a predominar no período da redemocratização, chamando atenção para dois aspectos que, numa agenda de pesquisas antropológicamente informada sobre as elites, mereceriam enfoque mais detalhado, extenso e cuidadoso: a circulação internacional das elites (CANEDO; ALMEIDA; GARCIA JUNIOR, 2004) e os mecanismos de financiamento de sua formação (CANEDO, 2009).

No âmbito da produção historiográfica, e com foco no período republicano e no tempo presente, aspectos diversos de formação das elites agroindustriais e financeiras encontra ampla acolhida e fornece material seguro para a pesquisa sobre a constituição e trajetória social de diferentes famílias, grupos e redes sociais, seus espaços de formação, suas formas de reprodução

8 Op. cit., p. 03-53.

9 Consultar Santos, W. G. (1978); Schwarz, R. “As ideias fora do lugar” (1992).

(MENDONÇA, 2010; CAMPOS; BRANDÃO, 2017). Uma estratégia metodológica profícua seria proceder a uma leitura de (auto)biografias, depoimentos, livros de memórias e registros desta natureza com o foco na autopercepção desses grupos sociais, em suas formas de reprodução e de transmissão de poder: afinal, falar de elites é indagar sobre mecanismos de formação de grupos sociais dominantes em diferentes cenários de estratificação social, sobre suas formas de (re)produção de prestígio, poder, ou para resumir e em última instância, entender os processos pelos quais se produzem hegemonias e reproduzem desigualdades sociais.

Na antropologia brasileira, o estudo das elites enquanto tais, a partir de enunciados a ela endereçados, não tem despertado interesse da maioria dos pesquisadores e, ao que parece, confirma as razões apresentadas por George Marcus. É importante assinalar que durante uma série de conferências proferidas por Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot em diferentes universidades brasileiras, em 1997, os sociólogos franceses notaram que o público acadêmico brasileiro, embora tenha se mostrado aberto e interessado pelo tema das elites e da riqueza, não foi suficientemente capaz de se motivar por essa temática e empreender uma agenda sistemática de pesquisa. Segundo a interpretação de Pinçon-Charlot, os estudantes e antropólogos brasileiros, como os de outros países que visitaram, continuavam bem mais interessados em conhecer a desigualdade social de comunidades e bairros pauperizados do que as elites endinheiradas¹⁰.

Embora relativamente escassas na produção do conhecimento antropológico no Brasil, as elites, especialmente as que detêm maiores recursos financeiros, recentemente começaram a se tornar objeto de pesquisa, porém, sem autonomia heurística e, na maioria das vezes, aparecendo em abordagens difusas, relacionadas à governança, ao empresariado, à burocracia do estado, ao direito, à saúde, ao consumo, à moda, à gastronomia, à arte, entre outros.

Ainda que tivesse como foco a antropologia urbana, Gilberto Velho não deixou de ter desbravado uma vertente até então pouco habitual na antropologia brasileira, ao tratar, já na década de 1970, de segmentos das classes médias e altas da zona sul carioca. Embora o autor não tenha se manifestado explicitamente a respeito do tema das elites, tal interesse pode ser inferido pelo modo como ele desenvolveu seus estudos sobre as camadas médias urbanas, escolhendo aquelas mais abastadas e residentes na zona sul do Rio de Janeiro. Em suas duas monografias mais importantes, *A Utopia Urbana* (1973) e *Nobres e Anjos* (1975), Velho se debruçou sobre este segmento a partir de seus “estilos de vida”, conceito tomado de Simmel para discutir como neste contexto urbano do Rio de Janeiro, apesar de seu cosmopolitismo, a “construção da pessoa” se impunha à construção do indivíduo e do individualismo modernos, uma vez que

10 Ver “Sociologia da Alta Burguesia”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 18, p. 22-37, jul./dez. 2007.

a distinção e o habitus, noções tomadas de Bourdieu, eram acionadas para manterem vivas as reputações dos nomes de família, alguns deles ilustres, que herdaram (capital social), de modo a que pudessem continuar a serem reconhecidas e identificadas como membros da elite, falar em nome delas e até mesmo adotarem estilos e padrões de consumo equivalentes. Em *Nobre e Anjos*, inicialmente tese de doutorado defendida em 1975 e publicada em livro vinte anos depois, o autor deixa evidente as muitas estratégias e os muitos jogos que envolvem o grupo social por ele investigado, buscando analisar as origens sociais – a maioria descendente de uma burguesia empresarial e de profissionais liberais – o uso de tóxicos associado ao estilo de vida, o hedonismo, a performatização da vida social desses grupos, as relações com a memória familiar e, sobretudo, com o investimento feito na chave da distinção e da hierarquia sobre as sensibilidades, emoções e corporalidades. Dentre os trabalhos produzidos a partir dessa profícua linha de estudos, há alguns que poderiam ser abordados sob a perspectiva de análise das elites *per se*.

Posteriormente e em direção parecida, outras pesquisas buscaram explorar dimensões subjetivas de camadas médias e altas em contextos urbanos, com focos direcionados para temas diversos. Dentre eles, destacam-se Luiz Fernando Dias Duarte que tangencia a temática das elites ao estudar a memória de quatro gerações de uma família brasileira de classe média abastada (2011) e outros temas correlatos por ele apresentados em reuniões acadêmicas e simpósios. Nessa linha de intenção, Heloisa Pontes, em alguns de seus trabalhos, busca também refletir sobre novas formas de subjetividades do morar entre camadas abastadas urbanas e seus sistemas de objetos (2018). Tendo como foco as elites brasileiras do final do século XIX e início do XX, Antonio Motta (2009) empreendeu uma vasta pesquisa etnográfica nos principais cemitérios oitocentistas em diferentes capitais do país. Neles o autor se propôs a identificar vários níveis de correlação entre formas tumulares e processos sociais, relacionadas às composições familiares e de parentesco entre elites endinheiradas que, de formas hierárquicas e distintivas, buscavam assegurar, como em vida, uma continuidade *post mortem* na ordem familiar por meio da preservação e reprodução de memórias genealógicas comuns através de edificações tumulares monumentais em que eram inumadas a família nuclear e suas gerações.

Não é a nossa intenção empreendermos aqui um levantamento completo de todos os livros, dissertações, teses, artigos, grupos de pesquisa dedicados ao tema das elites no Brasil no campo da antropologia. Contudo, não se poderia deixar de destacar arbitrariamente algumas iniciativas que têm como ponto de partida a pesquisa etnográfica, com recortes específicos em grupos de elites. Dentre elas, destaca-se o livro de Adriana Piscitelli, *Joias de Família*, inicialmente tese defendida na UNICAMP, em 2000, que busca examinar como a categoria gênero e parentesco interferem no processo de sucessão de grupos de elite empresariais ligadas às famí-

lias. A dissertação de Michele Andréa Markowitz, *Bancos e Banqueiros, empresa e famílias no Brasil*, defendida no Museu Nacional, em 2004. A tese de Katia Araújo (2006), no Programa de Antropologia da UFPE, sobre sistemas de objetos e valores distintivos na ambientação residencial de um segmento específico das elites no Recife como estratégia de reconhecimento e prestígio social. A tese de Diana Oliveira Lima, no Museu Nacional, e posteriormente publicada (2008) que trata do consumo e processos de estratificação social, tendo como foco principal as elites emergentes no Rio de Janeiro, publicada em 2008. A tese de Natacha Simeí Leal, defendida na USP, sobre a pecuária e suas elites, especialmente com foco nos leilões milionários do gado Zebu como forma de reprodução de elites do agronegócio, publicada em 2015. Sobre elites e práticas filantrópicas, destacam-se os trabalhos de Jessica B. S. Correia (2007) e Patrícia K. Silva (2016). A tese de Aline Lopes Rochedo (2021) sobre a produção de ancestralidade através da transmissão de joias de família; o trabalho de Alex Valait sobre etnografias da produção de filmes de casamento das elites (2021). Há, também, um conjunto amplo de trabalhos que focam aspectos de formação de segmentos específicos das elites de diferentes naturezas que detêm posição de relevo no exercício da vida política no país, a exemplo dos militares (CASTRO, 1990 e outros; LEINER, 1997; CASTRO; LEIRNER, 2009); dos diplomatas (MOURA, 2007); sobre espaços de formação intelectual e sobre cientistas sociais (GARCIA JR., 2004; 2013), dentre outros.

A partir de uma abordagem combinada entre a observação etnográfica, muitas vezes fundada na participação dos espaços estudados, e a pesquisa documental com visada antropológica, diversos autores desenvolveram extensas pesquisas informadas pela conjuntura da retomada da vida política democrática. Como já se pôde apontar (TEIXEIRA; SOUZA LIMA 2010), produziu-se uma antropologia *da política, do Estado* seja enquanto sua forma presentificada em políticas públicas (SOUZA LIMA, 2002; SOUZA LIMA; CASTRO, 2015; COMERFORD E BEZERRA, 2013, p. 465-489, dentre outros), sobre diversos aspectos do funcionamento do Legislativo que nos apresentam ao *ethos* “da classe política” para usar uma expressão de outros tempos (TEIXEIRA, 1998; BEZERRA, 1999), seja dos corpos técnico-burocráticos voltados para a regulação e controle social (MIRANDA, 2016). Um produto de significativa importância dessa linha de investigação, focada em agências da administração pública como atores e organizações sociais, em elites do ângulo de suas práticas cotidianas, é o estudo sobre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (TEIXEIRA; CASTILHO, 2020) que, dentre outras coisas, nos fornece um quadro valioso sobre os *ipeanos*, isto é, conjunto exemplar de pesquisadores e formuladores de políticas, uma via de investigação que descortina os contornos de elites estatais.

Com a criação do PPGA/UFF em 2004, professores, pesquisadores e alunos se reuniram em Núcleos de pesquisa, nos quais, embora nem sempre enunciados explicitamente nos projetos e teses, a questão das elites esteve sempre presente como um tema importante. O primeiro desses grupos, NUFEP¹¹ e, mais adiante, o InEAC deram continuidade às preocupações iniciais de Luís de Castro Faria (Pensamento Social Brasileiro) e Roberto Kant de Lima sobre a tradição inquisitorial no Brasil e sua continuidade (longa duração) nas instituições fundamentais do Estado brasileiro, privilegiando os órgãos relacionados ao Poder Judiciário, seus operadores, formação, bem como suas lógicas de atuação, dedicando-se também aos estudos das Polícias, suas formas de administração do conflito, ao mesmo tempo em que, na prática, efetuam a exclusão social¹². Outro núcleo, NEMO¹³, foi pioneiro em relação aos estudos de consumo de forma explicitamente enunciada como Antropologia do Consumo. Neste contexto Laura Graziela Gomes e Livia Barbosa deram início a trabalhos e orientações de teses acadêmicas que chamaram atenção para as práticas de consumo de grupos de elite ou a eles identificados, pontuando discussões sobre a relevância que os estudos de consumo possuem para o entendimento das elites e daquele novo momento que o Brasil atravessava ao se apresentar no cenário internacional como uma “sociedade de consumo”, característica pela qual muitos se referiram ao processo de abertura e de melhoria das condições de vida no país¹⁴.

É importante assinalar que os estudos antropológicos das elites, quando realizados a partir de recortes etnográficos localizados, podem lançar novas perspectivas de entendimento sobre a sociedade brasileira e, assim, contribuir, de forma inovadora, como ponto de partida reflexivo e de mediação empírica para a compreensão de novos fenômenos sociais, ainda pouco explorados pelos antropólogos. Além disso, o fato de as elites contribuírem para o aumento da exclusão e desigualdade sociais, especialmente na conjuntura política e econômica atual, é

11 NUFEP (Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa, 1994). InEAC (Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos, 2009), coordenado por Roberto Kant de Lima.

12 O conjunto dos projetos, pesquisas, produção bibliográfica e teses orientadas ao longo dos anos contribuíram e vêm contribuindo decisivamente para uma revisão radical da forma como a Justiça e as formas de administração de conflito no Brasil são representadas e praticadas por seus operadores. Tais pesquisas resultaram na formação de uma grande rede de pesquisa em nível nacional e internacional.

13 NEMO - Núcleo de Estudo da Modernidade (2004). Inicialmente, como atividade principal do Núcleo foram realizados os primeiros ENEC's (Encontros Nacionais de Estudos do Consumo (até 2016) e que contou com a colaboração de outras instituições e professores.

14 Na esteira de Boltanski e Bourdieu, levantaram a bibliografia internacional existente sobre consumo/consumismo moderno e se aproximaram dos segmentos profissionais de executivos e profissionais do marketing para melhor conhecerem as percepções e interesses que o ensino do Marketing possuía para as empresas e como eles estavam sendo formados nas Escolas de Negócios, tendo em vista a adoção dos padrões de gestão americanos e neoliberais.

outro aspecto a ser considerado.

Acompanhando uma tendência internacional mais geral, conforme sugerem alguns artigos reunidos neste Dossiê, observa-se que as elites brasileiras atuais se tornaram mais ricas do que as elites da primeira metade do século passado, engajando-se, cada vez mais no mercado financeiro¹⁵. Ao contrário do que ocorreu com muitas gerações de elites “aristocratizadas” do passado, boa parte das elites brasileiras atuais não herdaram riquezas nem tampouco capital simbólico de seus antepassados. Muitas das velhas e tradicionais elites desapareceram, cedendo lugar para novas elites que se diversificaram geograficamente, mais propensas ao ganho e acumulação rápida de riqueza através da especulação financeira, do agronegócio, da construção civil, de setores ligados à saúde, educação etc., o que comprovam alguns dos textos reunidos neste dossiê. É provável que as novas elites possuam também maior capacidade de se adaptarem às mudanças estruturais da economia, transferindo recursos para outros tipos de investimentos e, mais recentemente, através do pacto corporativo firmado com outros grupos de elites internacionais, mais consolidados, em prol da implantação de políticas neoliberais que as beneficiam.

Talvez, o dado novo é que alguns setores das elites brasileiras estejam atualmente bem mais conectados com os interesses do mundo globalizado, inclusive adotando como idioma oficial a língua das “commodities” do que com interesses coletivos e nacionais¹⁶. É provável que boa parcela das elites, sobretudo aquelas que possuem maiores recursos financeiros e influência nas decisões da política e da economia nacionais, insiram-se, de forma ambígua, em um entre-lugar que as permitam gravitar entre a submissão às regras do mercado e o desleixo cívico para com a coletividade, entre a garantia de seus privilégios e omissão de responsabilidade social, entre a civilidade que tanto preza e a miséria alheia que contempla à distância.

Com a pandemia este hiato ficou ainda mais evidenciado, na medida em que grande parte dela exigiu prerrogativas econômicas do governo para seus próprios benefícios e lucros privados, sem abdicarem de seus privilégios e nenhuma contrapartida com iniciativas e projetos de uma maior abrangência e inclusão sociais, o que nos leva a inferir – a partir do conjunto de textos reunidos neste dossiê – que a responsabilidade individual, como um dogma neoliberal, tem falhado e, como resultado, observa-se o rompimento de um pacto democrático e de civilização, sem precedentes na história do país, como sugerem as contribuições reunidas neste dossiê.

15 Como é o caso de Eduardo Saverin, acionista do Facebook que ocupa o 1o lugar na lista da Forbes para o Brasil. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/08/10-maiores-bilionarios-brasileiros-em-2021/>. Acesso em: 16 nov. 2021.

16 São muitos os trabalhos que sugerem esta direção, entre eles: Pohlmann, Markus.; Valarini, Elizângela. (2013); Akclair, L. (2001);

EM QUE SENTIDO E DIREÇÕES UMA ANTROPOLOGIA DAS ELITES PODE NOS AJUDAR A PENSAR A ATUAL CONJUNTURA POLÍTICA DO PAÍS?

Quando há um ano os organizadores deste dossiê começaram a refletir sobre a temática proposta, o Brasil já destoava no cenário internacional como “um ponto fora da curva”. Conquanto o crescimento da ultradireita e do autoritarismo não seja fenômeno exclusivamente brasileiro – medrando em países onde se pode reconhecer democracias bem mais estabelecidas (p.ex. TEITELBAUM, 2017, 2020) – em nosso país, o processo de ruptura da institucionalidade democrática e do fraco esboço de um *Estado de bem-estar social* havia avançado vertiginosamente.

O chão social em que se deitam suas raízes já foi exaustivamente perscrutado na historiografia e no pensamento social brasileiro e não nos surpreende diante de evidências históricas que até hoje vêm produzindo disparidades seculares em nossa sociedade, então marcada por um desenvolvimento capitalista periférico assente sobre um passado colonial e escravista, por uma república nunca verdadeiramente universalista e por períodos em que tentativas de ampliação dos pactos de poder às frações de classe não hegemônicas sucederam-se períodos ditatoriais fortemente autoritários e explicitamente violentos.

Em 2016, encerrava-se um ciclo e um outro estaria porvir. O primeiro pode ser caracterizado pela retirada de quadros militares de diversas agências da administração, então acordado por meio de um acordo de redefinição entre políticos profissionais, empresariado e segmentos das Forças Armadas que compunham o bloco hegemônico no regime civil-ditatorial, o que conduziu à eleição (ainda que indireta) de presidentes civis, e que desembocaria no processo de elaboração de uma nova carta constitucional – nossa singularmente chamada Constituição-Cidadã de 1988 – que culminou na criação de novos partidos políticos e nas eleições diretas para presidente em 1989. Em 2013, insinuavam-se já os contornos de um novo ciclo que ficariam ainda mais explícitos na eleição presidencial de 2014, onde maioria do Partido da Social-Democracia Brasileira (oficialmente constituído em 1988) recusou-se a aceitar os resultados eleitorais, e sobretudo com a eleição da 55ª Legislatura do Congresso Nacional (2015-2019), com o impeachment da Presidente Dilma Vana Rousseff, e a eleição em 2018 de Jair Messias Bolsonaro. Ao longo deste período, com notável incremento a partir de janeiro de 2019, a coalisão no poder foi marcada por uma expressiva aliança entre setores sociais conservadores que trouxeram de volta os militares a postos da administração pública do executivo em números que ultrapassam

em muito aqueles do chamado período da ditadura civil-militar (1964-1985), compondo-se de uma singular combinação de práticas ultraliberais em termos econômicos de gestão do setor público com o autoritarismo de matriz fascista. O novo contexto é caracterizado pelo célere retrocesso no reconhecimento dos direitos fundamentais, em especial dos de segmentos sociais menos favorecidos, o que vem redundando no incremento das desigualdades de renda, com o crescimento do desemprego, da pauperização e da fome. No plano cívico-moral, some-se a isso o crescimento da intolerância no plano dos valores morais, e de sua operacionalização a partir de práticas como a censura implícita ou explícita operadas por processos crescentes de judicialização da vida cotidiana, com a crescente influência das religiões cristãs em seus aspectos mais conservadores na vida político-institucional brasileira, trazendo consigo retrocessos, intolerância, repressão e censura. Cresceu, por todo país, a franquia do exercício da violência física, a força e a extensão dos âmbitos de “domínio armado” (MIRANDA; MUNIZ; CORRÊA, 2020), com notáveis acréscimos de conflitos sociais de grande letalidade.

À época em que discutíamos a elaboração deste dossiê não havíamos ainda atingido o número de mais de 500 mil óbitos alcançados em 2021, porém, já era possível traçarmos prognósticos sombrios em relação à pandemia de COVID-19 para os meses seguintes. Não eram muito difíceis de serem feitos, afinal, como cientistas sociais e antropólogos estávamos acompanhando os esforços de nossos colegas da área de saúde para tentar reverter a escalada do desastre, especialmente no que se referia às providências para um plano de vacinação no país, contrariamente à insistência do Presidente da República em continuar propagando o “negacionismo”, ou seja, como alguns chamam, “a militância explícita em prol da expansão do contágio”, a “tese” da “imunidade de rebanho” sem vacinação, ignorando a posição de especialistas e médicos que se encontravam à frente de instituições de pesquisa, hospitais públicos e particulares e lidavam diretamente com a população crescente de contaminados com a Covid 19.

Com a precarização anterior do SUS já sob o governo Temer, concomitante ao descaso e ausência de políticas sanitárias, a destruição do Sistema Único de Saúde (SUS) foi inevitável junto a uma série de outras medidas que foram tomadas e vieram produzindo efeitos nefastos na vida social e política do país. Enquanto isto, o Executivo e Legislativo – majoritariamente ultraconservador – empenharam-se, não apenas em promover reformas institucionais, baseadas na supressão de direitos com foco na organização plural da sociedade, como também no contingenciamento de recursos públicos que tem acarretado, cada vez mais, a erosão do Estado. Setores do agronegócio, composto por diferentes grupos, com enraizamento social muito variado, desde remanescentes das velhas elites estritamente rurais até novos segmentos que recentemente enriqueceram, como a JBS e outros, até muitos empreendimentos de grandes

bancos, conglomerados internacionais como montadoras de veículos não mediram esforços, desde 2011-2012, para alterarem leis fundiárias e flexibilizar os processos de licenciamento ambiental, advogando em defesa da ampliação de limites legais para o desmatamento de terras e expansão de seus negócios¹⁷.

Em todas as instâncias governamentais, havia a construção de alianças urdidas entre setores empresariais, ligados à exportação de commodities e ao capital financeiro de bancos privados com o objetivo de financiar campanhas eleitorais de representantes do agronegócio, de setores de extração mineral, de “milicianos” de grandes centros urbanos, assim como de parlamentares evangélicos, como ocorreu no último pleito eleitoral para o Congresso Nacional (Câmara e Senado). Fincadas em estratégias corporativas, foram também se organizando. Embora a organização de frentes parlamentares como tais seja dos anos 1990, e suas atuações se iniciaram de fato em torno da Constituinte, destinando-se a inscrever no texto constitucional os interesses desses setores sociais, elas passaram a ter uma atuação após 2016 em torno de objetivos e interesses comuns relacionados à predação dos direitos sociais conquistados, uma vez fortalecidas pela virada conservadora, especialmente diante do crescimento em número de parlamentares, em poder de articulação e em associativismo da chamada bancada evangélica aliada aos segmentos católicos conservadores no Congresso Nacional – cujo ataque frequente ao reconhecimento de direitos sexuais e reprodutivos, com projeto de lei em tramitação no Congresso vêm ameaçando garantias legais já conquistadas (MACHADO; MOTTA, 2019).

Tal posicionamento tem se exprimido claramente através dos pronunciamentos da atual ministra, uma pastora evangélica que ocupa a titularidade do recém-criado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos¹⁸. Uma das tônicas recorrentes em seu discurso é o combate ao feminismo, à criminalização do aborto, a suposta “ideologia de gênero” nas escolas e uma série de outros julgamentos morais que em suas narrativas públicas se convertem em valores imutáveis, de base e conversão religiosa, a serem aplicados às políticas públicas contrárias à diversidade. O campo da educação também não difere do panorama restante. Com a Proposta de Emenda Constitucional 55 (PEC), que congela as verbas para os três poderes por um período

17 Para a heterogeneidade do que se chama agronegócio e a ação política mais recente de seus quadros na busca de desmontagem de direitos socioambientais e mecanismos de constituição de terras indígenas e, quilombolas e reservas ambientais, ver Ribeiro Neto, 2021, e neste volume; Rauber, 2021, dentre outros. Em matéria jornalística Arroyo (2021) mostra o espectro dos financiadores da Frente Parlamentar da Agropecuária, e vemos que a idade de elites estilo do velho patronato rural brasileiro de base familiar, quando não é quimera fruto da pouca sobre a complexidade das questões rurais no país hoje, são partes de articulações transnacionais que pouco ou nada guardam da imagem da “casa grande”. Para as configurações entre capital financeira e setor agroindustrial, ver Kato e Leite, 2019; Michelotti e Siqueira, 2019, dentre muitos outros.

18 Ver o texto de Lobo e Cardoso, neste volume

de 20 anos, o setor da Educação foi atingido drasticamente diante da corrosão imediata das condições do trabalho docente nas universidades públicas. A situação se tornou ainda mais crítica devido a novos cortes orçamentários do Ministério da Educação em repasse às Instituições de Ensino Superior públicas, ameaçando o fechamento de muitas delas, além de sérios prejuízos para pesquisas em andamento, como também inviabilizando perspectivas futuras no campo da produção científica. Radicais cortes orçamentários ameaçam também o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma das principais agências de fomento federais responsável pelo financiamento das pesquisas no sistema universitário nacional, assim como enfraqueceu consideravelmente a capacidade operacional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cuja centralidade na formação de nossas elites técnico-científicas é altamente reconhecida, tornando-a ademais objeto de disputas entre facções políticas do atual governo federal¹⁹. Diante disso, como efeito dominó, a educação fundamental se viu igualmente impactada pelo cerceamento da liberdade de expressão e violação de direitos. Entre as contranarrativas existentes no senso comum dos grupos neoconservadores, despontou a da “escola sem partido”, um movimento ideológico que se insurgiu em 2014, mas só ganhou notoriedade na conjuntura política atual, e que se propõe, através de seus militantes, acusar e pregar o fim de uma suposta “doutrinação” de esquerda associada ao comunismo e à “ideologia de gênero” dentro das escolas e universidades²⁰. Acusações de cunho ideológico atribuídas à atividade intelectual em seu conjunto, como o ensino e a pesquisa tornaram-se variadas e proporcionais à intensidade e objetivos com que militantes desse movimento “escola sem partido” buscam atingir e desqualificar a reputação científica das universidades públicas e da imagem de seus docentes (MACHADO; MOTTA, 2019).

No âmbito das relações internacionais, a diplomacia brasileira, que havia se tornado uma referência importante no trato e avanço de questões geopolíticas, direcionadas à América Latina e alhures, tornou-se também motivo de escárnio nos principais fóruns internacionais devido a condução de uma política diplomática retrograda e conservadora assumida pelo então chanceler que na época desmontou boa parte dos quadros do Itamarati, obrigando muitos embaixadores e diplomatas de carreira a se aposentarem. O mesmo cenário conservador alcançou igualmente o campo da cultura. Uma das primeiras medidas do novo governo foi a extinção do Ministério da Cultura (MinC), que foi incorporado ao recém-criado Ministério da Cidadania. Este ministério absorveu dois órgãos anteriormente vinculados ao MinC: o Instituto do Patrimônio Histórico

19 Ver o texto de Azevedo e Dutra neste volume

20 Ver, por exemplo, Lima e Hyppolito, 2019; Severo, Gonçalves e Estrada, 2019.

e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). As políticas culturais, voltadas para promoção da diversidade cultural, encontram-se paralisadas enquanto no âmbito do patrimônio cultural há um violento desmonte que atinge o principal órgão que é o IPHAN. O processo de desmonte no campo da gestão pública da cultura se acelerou vertiginosamente e suas políticas culturais passaram a ter um papel secundário ou até mesmo inexistente. É importante observar que as políticas do atual governo têm se revelado cada vez mais tendenciosas, marcadas não apenas pela desarticulação das políticas culturais, até então vigentes, como também pelo aparelhamento das instituições culturais visando reconfigurá-las segundo os moldes ideológicos adotados, na maioria das vezes, baseados no neoconservadorismo, reagentes a todos os avanços anteriores, o que tem afetado praticamente todas as instituições culturais do país (MACHADO; MOTTA, 2019).

Se fizemos este breve relato foi para reafirmar a constatação do retrocesso como um fato empiricamente comprovado, e para assinalar que diante dele, o momento não deixa de ser também oportuno para enfatizarmos no âmbito da Antropologia feita no Brasil os estudos sobre as elites regionais, nacionais, até mesmo internacionais e sua ação na atual conjuntura brasileira. Isto porque grande parte dela foi participante e responsável pelo suporte a regimes autoritários no Brasil, assim como pelo desmonte recente do projeto de construção de um Estado de bem-estar-social no Brasil, que não chegou a se estabelecer como tal senão para setores muito restritos da população, mas deixando entrever a possibilidade de tornar-se factível de ser atingido, caso os governos seguintes se empenhassem em dar seguimento a ele²¹. Tal fato tornou-se evidente quanto mais examinamos a rapidez com que os governantes a partir de 2016 agilizaram a promoção das reformas institucionais baseadas na desregulamentação e flexibilização do trabalho, na supressão de direitos sociais da população em geral e privatização do estado, em proveito de interesses individuais e corporativos ligados à liberalização do capital financeiro nacional e internacional.

Além disso, no contexto global, embora as elites financeiras tenham incorporado setores que vêm se expandindo consideravelmente, provenientes da indústria de alta tecnologia do Vale do Silício, dentre outros segmentos, a concentração de renda continua em termos de 1% entre os mais ricos, o que demograficamente comparado aos quase 8 bilhões de habitantes no planeta, faz dele um grupo ultra minoritário e exclusivo que mobiliza recursos diversos de poder e de

21 Para uma referência fundamental na articulação entre elites empresariais e militares na elaboração do golpe que estabeleceu o regime ditatorial civil-militar no Brasil, ver Dreifus, 1981. Para relações históricas de famílias da alta burguesia brasileira com ramos específicos da atividade econômica, ver Campos e Brandão, 2017. No sentido da importância de estudo do Estado brasileiro no presente momento, em especial a partir de 2019, Ver Souza Lima & Facina, 2019.

privilégios a cada dia mais amplos²², pondo por terra todos os atributos éticos sobre os quais se assentavam alguns princípios do capitalismo moderno, ao ponto de se transformar em inimiga de sua própria espécie, bem como ameaça permanente para a vida do planeta, especialmente por instituir a “sociedade de risco” como regra para todos os outros seres vivos que não fazem parte do pequeno e restrito clube do qual participa esta minoria social.

No caso brasileiro, não é novidade que alguns grupos da elite sempre estiveram identificados aos interesses extrativistas de setores sociais hoje fortemente representados na administração pública estatal, buscando assegurar sua participação no poder de decisão e comando da economia e do mercado. Embora os governos anteriores progressistas tivessem conseguido fazer um acordo em prol de uma ação estatal mais baseada na singular relação entre democracia representativa e participativa plasmada na Constituição de 1988, por várias razões este pacto democrático foi abruptamente interrompido, talvez porque alguns destes grupos dirigentes, por meio de uma imprecisão quanto às responsabilidades de cada um, acabou optando por reafirmar uma perspectiva homogênea das elites em comparação com a diversidade dos grupos subalternos, sugerindo que diversidade e alteridade eram atributos “dados” e exclusivos das camadas subalternas. Ocorre que um dos muitos “recados” recebidos das ruas em 2018 foi que essa associação era equivocada, pois o que houve foi a constatação empírica de que havia muitos grupos subalternos que se identificavam com candidatos das elites, como é o caso do atual Presidente da República. Um dos desconfortos sociológicos é a própria noção de campo progressista no Brasil, se ela é pertinente ou não, na medida em que seus contornos são bastante frágeis e variáveis, conforme as ocasiões. Logo não é de admirar que para muitos, Bolsonaro, ex-capitão, uma vez ungido por generais de 4 estrelas, além de ter estudado na AMAN, tenha sido identificado por grupos das elites como parte delas e ser apoiado por elas no segundo turno, ao mesmo tempo que isso também não impediu de ser identificado como uma liderança popular por boa parte das camadas subalternas.

Os trabalhos reunidos neste dossiê confirmam que o poder das elites brasileiras não havia diminuído, diferentemente do que vaticinou, de forma otimista, o economista Bresser Pereira ao analisar o efêmero período de avanço democrático que chegou a conhecer a sociedade brasileira, a partir de 1985. Segundo a perspectiva do autor, a sociedade civil constituída dependeria cada vez menos das elites e cada vez mais de suas próprias escolhas e decisões políticas quanto à definição dos rumos do país²³. Todavia, o que se tem observado é um movi-

22 Ver Piketty, 2014, para o cenário internacional, e Souza, 2018, para o caso brasileiro.

23 Bresser Pereira, Luis Carlos. Pobres elites iluminadas. *Estudos Avançados*, 14 (38) 2000, São Paulo, p. 235-246.

mento inverso em que muitos representantes das elites voltariam a ocupar a cena pública para a obtenção das reformas econômicas então almeçadas, motivadas por interesses pessoais, vantagens e recursos que costumam mobilizarem para a manutenção e expansão de seus negócios e influências políticas.

Como deixam entrever os artigos aqui reunidos, o que talvez tenha mudado sejam a composição e o lugar que ocupam essas novas elites. Diferentemente do passado, suas origens provêm de outros setores emergentes na economia do país e, por conseguinte, suas atuações são difusas, articuladas em redes mais dinâmicas e voláteis com alcances diferenciados, em esferas regionais, nacionais e transnacionais. Não foi sem motivo a escolha da imagem que ilustra este Dossiê. Trata-se da obra do artista plástico João Câmara – gentilmente cedida por ele para esta publicação – intitulada “*O Baile da Ilha Fiscal*” (1979)²⁴. Nela o autor retrata personagens icônicos da elite carioca dos anos de 1950 e 1960, em clara alusão ao chamado “café society”, expressão norte-americana popularizada na crônica social brasileira e que, para além do seu senso comum, serve para designar o trânsito e sociabilidade de personagens das “velhas elites” (de patronímicos aristocráticos e capitais sociais consolidados) com frações de novas elites urbanas abastadas, provenientes do comércio, da indústria e dos bancos que ascendiam socialmente, além de artistas e celebridades, que ambicionavam prestígio, notoriedade e distinção sociais. A alegoria pictórica de João Câmara, com clara alusão ao evento histórico de 1899 e ao quadro *Último Baile da Ilha Fiscal* (1905) de Aurélio de Figueiredo, pode, entre outras possíveis interpretações, sugerir o fim de uma era e a transição para um novo momento político e econômico entre as elites brasileiras e, sobretudo, o lugar que elas ocupam na contemporaneidade.

Poderíamos tomar como contraponto da representação plástica do *Baile da Ilha Fiscal* o registro em vídeo de uma cena que poderia ser aparentemente cômica caso não expusesse explicitamente os seus propósitos, mas que, de certo modo, metaforiza de modo significativo as atuais elites brasileiras e suas novas subjetividades neoliberais. Sem correspondência aos signos distintivos do “Último Baile”, o que se observa é o grotesco como cânone estético do atual regime. Referimo-nos ao jantar oferecido na residência de Naji Nahas²⁵ em São Paulo, cujo vídeo postado na internet em 14/09/2021²⁶, tornou-se tema do noticiário político nacional.

24 João Câmara participaria da XV Bienal de São Paulo como *O Baile da Ilha Fiscal*, conjunto de um painel principal (imagem que ilustra o Dossiê) e cinco litografia alusivas as elites cariocas da série *A Caravana Uiva*. Na imagem principal o personagem-chefe é representado pelo cronista social Ibraim Sued tendo como coadjuvantes figuras lendárias do Café Soçaite Carioca da época.

25 Personagem bastante conhecido do mercado financeiro no Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=U6hK_arjH4I. Acesso em: 25 set. 2021.

26 Vídeo da imitação de Bolsonaro no jantar: <https://www.youtube.com/watch?v=lqvxFelS7al&t=2s>. Acesso em: 25 set. 2021.

Em primeiro lugar, convém notar que o jantar em si não nos surpreende se passarmos em revista a história da vida social e política do país, sobretudo no período a que nos referimos como os “anos dourados” do “café soçaite”, até porque festas, mesas e comensalidade sempre serviram como pretexto para que as elites nacionais exercitassem e encenassem o poder que representam, ao mesmo tempo em que também tomassem decisões políticas que as beneficiassem. Em nossa historiografia não são poucas as referências à ostentação do notabilizado Baile da Ilha Fiscal, que marcou a transição do Império para República. Posteriormente, em nossa historiografia, não faltam alusões a outras recepções e jantares igualmente suntuosos no Palácio do Catete no Rio de Janeiro, então capital da República em pleno Estado Novo, em que se reuniam representantes das velhas elites e de outros clãs da burguesia nacional da época. Um pouco mais adiante, a cena de poder e de decisões seria transferida para Brasília, tendo como palco os salões do Palácio da Alvorada, desta vez representada pelo alto escalão das forças-armadas e destacados membros das elites burocrático-capitalistas.

Porém, o dado mais revelador dessas encenações não se prende exatamente às recepções oficiais oferecidas pelos chefes de Estado brasileiros, mas, sobretudo, os jantares realizados nas residências privadas de grandes empresários, banqueiros, políticos e outros segmentos importantes das elites brasileiras, notadamente no eixo Rio/São Paulo. Não é por acaso, que o gênero jornalístico que se convencionou chamar de crônica social, especialmente em sua fase áurea, nos anos de 1950, 60 e 70, tornou-se fundamental para entendermos grande parte da vida política nacional, uma vez que ilustrava com detalhes quase etnográficos encontros de sociabilidade e negociações ao redor de grandes mesas e de seus estratégicos convivas²⁷. Embora fizessem parte da vida social mundana, estes jantares possuíam importância política e não foram poucas as ocasiões em que colunistas sociais se arriscaram, ao cumprirem com o dever cívico de registrar informações importantes relativas ao poder e decisões das elites, deixando vislumbrar nas entrelinhas de suas colunas semanais, dados significativos, mensagens subliminares que vinham associados aos “simbolismos do poder” e ao “poder dos simbolismos”, mas que ao olhar de leitores mais atentos permitiam que inferissem as negociações e partilhas de interesse realizadas à mesa, envolvendo destacados personagens das elites brasileiras.

Talvez o dado novo, exposto na emblemática cena do jantar, é que ele ocorreu na residência de Naji Nahas²⁸, membro de uma elite financeira e em um dos piores momentos da

27 Vale lembrar algumas referências icônicas desse gênero narrativo, especialmente na imprensa carioca, como Zózimo Barroso do Amaral (Jornal do Brasil), Ibrahim Sued (O Globo), Hildegard Angel (O Globo), entre outros.

28 <https://www.seudinheiro.com/2020/colunistas/seu-mentor-de-investimentos/naji-nahas-o-especulador-que-quebrou-a-bolsa-do-rio/>. Colocamos este link propositalmente, porque é do UOL, portal da Folha de São Paulo.

economia brasileira, pouco menos de um mês antes do vazamento dos documentos intitulados “Pandora Papers”²⁹, nos quais consta o nome do Ministro da Fazenda, Paulo Guedes e de outros convivas que se fizeram presentes no referido ágape, incluindo grandes empresários devedores de impostos³⁰. O vídeo postado em várias redes sociais, revela sem maiores constrangimentos os objetivos políticos do encontro, da mesma forma também que expõe negociatas em benefícios próprios envolvendo acordos sub-reptícios. Ao invés da troca de conversa entre homens públicos, vê-se um comediante, herdeiro de um poderoso conglomerado midiático, mimetizar o próprio Presidente em meio ao riso e aprovação dos demais convivas. Neste sentido, as contribuições ora enfeixadas neste Dossiê totalizam um conjunto de reflexões que buscam sobretudo revisitar e apontar novas perspectivas de entendimento e de compreensão das elites no Brasil, a partir de uma perspectiva antropológica.

TEMAS E PROBLEMAS PARA UMA AGENDA DE PESQUISAS SOBRE AS ELITES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Entre o recebimento dos textos, as leituras e a preparação final dos originais que integram este Dossiê, discutimos algumas vezes como organizaríamos o conjunto das contribuições já que a cada dia a situação política do país nos surpreendia. As evidências empíricas eram muitas e, diante delas, não tínhamos dúvida de que havia necessidade de emprendermos um estudo em perspectiva etnográfica sobre as elites que ora se fazem proeminentes no espaço social e político brasileiro, assim como de suas conexões regionais, nacionais e transnacionais. Isto se faz de suma importância para se compreender o momento em que vivemos, o lugar do Brasil no cenário geopolítico atual para que possamos imaginar futuros possíveis. Cada um dos textos aqui apresentados nos aponta para segmentos de um determinado bloco no poder, como também para processos de construção dos grupos privilegiados na conjuntura política nacional, carregando consigo uma ampla bibliografia sobre seus campos temáticos específicos.

Deste modo, o texto de Andréa de Souza Lobo e de Maria Eduarda Cardoso nos coloca diante do espaço conquistado efetivamente no governo atual – mas construído há longo

²⁹ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58786545>.

³⁰ Jornal da TV Cultura aponta que o Brasil é o quinto país com maior quantidade de pessoas citadas no Pandora Papers. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rexPtJP17zc>. Acesso em: 08 out. 2021.

tempo, com ênfase no segundo mandato de Dilma Rousseff – do neoconservadorismo cristão (católico mas sobretudo neopentecostal) com a criação do *Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*, entregue à advogada e pastora Damares Alves que, ao tornar-se Ministra de Estado, tornou-se, desde então, uma de suas colaboradoras mais fiéis e estáveis da atual presidência da república. Com grande centralidade na configuração atual e com pouca visibilidade negativa diante das mudanças na estrutura da administração pública e em políticas governamentais anteriormente pré-estabelecidas, com a ampla – e pouco divulgada pela grande imprensa – prevalência de valores morais “cristãos”, tem demonstrado que a “Mulher” e a “Família” constituem domínio e objeto dos mais disputados tanto mais diante do que tais temas representam na esfera pública brasileira. Assim, tendo em vista os progressos obtidos em décadas e anos anteriores pelos movimentos sociais, feministas e dos direitos humanos em relação às questões de gênero, ao tema do aborto e do casamento igualitário, as autoras ao proporem fazer um mapeamento dos projetos, processos e dinâmicas instituídas durante a gestão da atual Ministra, tocam nas questões de gênero, família e, mais ainda, na disputa moral em torno delas como instrumento de dominação política, e sobretudo espaço privilegiado de adesão de partes importantes das classes médias.

O texto de Piero Leirner traz para o dossiê outro segmento social de significativa importância na configuração do Brasil republicano, e em especial do presente governo – os militares. Leirner apresenta-nos a uma série de eventos em curso, de origem heteróclita e de caráter “híbrido” dos procedimentos empregados, envolvendo sobretudo militares, parlamentares e operadores do direito. Com base numa etnografia inovadora porque multifacetada, envolvendo a utilização e o acompanhamento de seus interlocutores nos ambientes digitais, em tempo real, ao sabor dos acontecimentos, das postagens e das repercussões que provocam nas redes sociais, o autor demonstra como o atual governo utiliza-se da estética do grotesco, da disputa de narrativas, do sequestro de pautas caras aos adversários políticos, de *fake news*, *robots*, seguindo uma espécie de repertório maleável pelos militares conceberam seu projeto de retomarem um protagonismo no exercício do poder executivo. A este projeto/repertório se combina a ação autorreferida dos demais atores envolvidos, resultando neste “pacto contracivilizatório” em relação ao projeto político democrático oriundo da Constituição Cidadã de 1988, fazendo do Brasil - “país do futuro” - o mais novo laboratório de experimentações políticas para “o mundo por vir”.

Já os três textos que se seguem detalham mais claramente, e de diferentes ângulos, aspectos de uma parte daqueles que “pagam a conta” do presente governo e mostram aspectos que vinculam as elites de base agrária no Brasil. Forjam num elo fundamental entre o passado de

predomínio da *plantation* senhorial, de origem escravista à moderna agroindústria do modelo de exportação de commodities (onde também está a exploração mineral e modalidades variadas de exploração de recursos vegetais) que se generalizou na América Latina em articulação com demandas do mundo globalizado, articulação que Maristella Svampa (2019) propõe tratar como *neoextrativismo*.

Caio Pompeia contribui no dossiê com a análise de uma ampla e complexa malha de atividades e segmentos sociais que se enfeixam sob a categoria social do agronegócio, mostrando sua historicidade e profundidade temporal de sua articulação nada recente, ainda que muito potencializada no governo atual, descortinando seus espaços de articulação, a sua “fome por terras” que determina uma ação predatória sobre direitos ambientais e etnicamente diferenciados no plano fundiário³¹. Baseando-se em extensa pesquisa de campo em instituições do associativismo ruralista, no Congresso Nacional e em entrevistas com políticos, técnicos e empresários, que deu origem a um livro (POMPEIA, 2018), mostra-nos como essas elites assomam a uma posição dominante no campo político e econômico brasileiro. A contrapelo das mudanças ao longo dos anos da redemocratização, que lentamente implantaram uma preocupação socioambiental na administração pública brasileira, deslinda a complexa concertação política entre setores distintos, no sentido de uma cada vez maior aproximação dos mesmos a posições da ultradireita.

Com a contribuição de Valdênio Freitas Meneses, podemos revistar a literatura dos “Estudos rurais” no Brasil, para vermos progressivamente desentranhada a presença das elites rurais de diferentes momentos e matizes, com foco na proposição de uma agenda de pesquisa sobre elas. O autor mostra como o foco dos estudos tendo incidido nos “dominados” no mundo rural, com inequívoca eficácia em diversos planos, deixou muitas vezes um vazio sobre a heterogeneidade, complexidade e mudança histórica dos setores dominantes, e hoje com larga presença na coalisão cada vez mais dominante no controle dos poderes governamentais. Longe de propor se estabelecer uma abordagem “simpática” a tais setores, Meneses sinaliza para a importância de se perceber “as elites e classes dominantes também é produzir desencantamentos sobre formas profundas de dominação de uma sociedade, efeito esse inerente às melhores tradições de conhecimento das ciências sociais”. Se como consistentemente mostra o autor, esse tema esteve presente ainda que diluído, cremos que a proposta que nos traz é parte essencial do estabelecimento de uma antropologia das elites no Brasil.

31 É importante lembrar que Tereza Cristina Correa da Costa Dias, atual Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e importante *player* no jogo da Frente Parlamentar da Agropecuária compõe, juntamente com Damares Alves, a dupla de “mulheres fortes” (e pouco visíveis) do governo instalado em janeiro de 2019.

Raquel Ferreira Simiqueli, Henri Acselrad, Juliana Neves Barros, Fabrina Pontes Furtado e Wendell Fischer Teixeira Assis trazem a questão do neoextrativismo e os efeitos e danos sociais sobre a dimensão ambiental, mostrando-nos as complexas cadeias de interesses e ideologias que permitem a articulação entre uma mentalidade econômica neo/ultraliberal e o autoritarismo crescente na esfera pública no Brasil e alhures. Dentre outros movimentos, o texto, marcado por uma visada mais sociológica e de síntese entre pesquisas, mostra-nos que a articulação “...entre corporações, cientistas por elas financiados e *think thanks* conservadores no esforço de descaracterizar consensos científicos passa pela defesa do livre-mercado contra qualquer regulação e monitoramento das atividades empresariais pelo Estado, impedindo que evidências produzidas no campo científico repercutam no campo político”, o que nos aponta para outro eixo fundamental de uma agenda propriamente da antropologia para estudos das elites no poder, em estreito diálogo com uma ampla gama de outras ciências. O texto, por fim aponta, como os variados e complexos movimentos produzidos a partir de campos sociais muito distintos constituem esse capitalismo neoextrativista e a mentalidade que os acompanha, numa singular reatualização da proposta de análise das ideologias e práticas de um capitalismo autoritário no Brasil (Velho, 1976).

Rafael Malhão aborda em termos antropológicos um fenômeno fundamental sobre as responsabilidades envolvendo o *habitus* e as formas de sociabilidade dos “ricos” em situações de risco e que, uma vez combinadas às suas percepções hierárquicas e excludentes no contexto nacional, contribuíram para que a pandemia se propagasse mais rapidamente no país. Ao mesmo tempo em que corroborou o “negacionismo” do governo, essa atitude demonstrou ao final ser fatal, tanto para a propagação do vírus entre os próprios membros das elites e demais grupos com os quais mantém relações, incluindo empregados domésticos, quanto para elevar rapidamente o número de óbitos no país. A este respeito, é importante reiterar que tais festas de casamento, noivado e outras comemorações entre as elites nacionais brasileiras que, mais adiante, provaram ser focos da propagação do vírus e causa dos óbitos de elites abastadas no Rio de Janeiro e em outras capitais do país foram noticiados pela mídia no decorrer de 2020. Tal reflexão enseja a vertente de uma possível agenda de pesquisas sobre os modos de sentir e agir das elites, carregando importantes sentidos políticos, éticos e simbólicos à nossa pauta de investigações.

Numa abordagem pautada em uma antropologia histórica dos processos de formação de Estado, Caio Gonçalves Dias nos leva a outra seara e outra escala espacial e temporal. Ao se propor analisar uma missão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) ao Brasil em meio ao período de endurecimento do regime civil-ditatorial

ao Brasil, voltada para averiguar a situação das “políticas culturais” no Brasil, o autor traz para análise a conexão entre elites de tempos distintos, ao analisar a forma em que tal missão geraria subsídios para a criação futura de um Ministério da Cultura, que vimos ser praticamente extinto após 2016, para sê-lo após 2019. Aqui, surgem também as articulações em escala internacional sem as quais não entendemos a formação e importância do Brasil no cenário global, já que em certos campos sociais – como o cultural – a descrição de um espaço eminentemente “nacional” para a análise mostra-se limitada. Por outro lado, considerando-se a importante presença de intelectuais brasileiros na Unesco, vemos os elos entre gerações de elites intelectuais de diferentes momentos da história brasileira, e seu projeto comum em prol de fomento da “cultura” no país, hoje amplamente redimensionado. Aqui a etnografia documental é o instrumento analítico por excelência e o diálogo com as teorias das elites mostra mais uma vez seu significado e proficuidade.

Por fim, mas não menos importante, Leonardo Azevedo e Rogéria Dutra nos remetem também à reflexão sobre os processos pelos quais formaram-se, em circulação internacional, elites intelectuais e científicas, estudo dos mais relevantes considerando-se o que vem sendo chamado de “negacionismo” da ciência, o descuro quando não o ataque às instituições de fomento e regulação da formação e da produção científica encontram-se em ponto crítico na história brasileira desde 2016, sobretudo, ainda que grandes cortes de verbas tenham sido realizados antes. Partindo de entrevistas com indivíduos que realizaram o doutorado completo no exterior no período de 1999-2014, com bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES), portanto os que receberam as maiores somas em recursos sob a forma de bolsas, colocam uma questão fundamental, considerando-se a ainda hoje enorme desvantagem do país em relação a outros de economia menos pujante, face aos desafios da disseminação de uma cultura científica e da inovação tecnológica: em que medida, diante do quadro que vivemos e do perfil das outras elites que estão no poder hoje podemos pensar nestes quadros científicos como uma elite, já que enquanto tal são fortemente – no caso brasileiro – dependentes da iniciativa estatal. E aqui, nossa agenda de pesquisa volta-se inapelavelmente a nós mesmos, cientistas (em especial os que como as e os praticantes da antropologia, da sociologia e da ciência política) em geral, e das humanidades em especial e nosso papel da (com)figuração nacional que nos trouxe ao tempo presente.

Esperamos que com este dossiê – em suas diversas vertentes – possamos contribuir para a expansão das pesquisas sobre elites desde o ângulo da antropologia, pois se os desafios são muitos, os trabalhos aqui coligidos mostram alternativas teóricas, metodológicas e posturas éticas que nos fazem ver a proficuidade e importância dessa ordem de investigações. O entendi-

mento do cenário contemporâneo, em que o crescimento das desigualdades de concentração de recursos não para de crescer e, em contrapartida, não se tornará inteligível sem tal abordagem.

REFERÊNCIAS

1. ABBINK, Jon; SALVERDA, Tijo (ed.). **The Anthropology of Elites: Power, Culture, and the Complexities of Distinction**. New York: Palgrave Macmillan, 2013.
2. ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
3. ALDRICH, Nelson. **Old Money: The Mythology of America's Upper Class**. New York: Allworth Press, 1997.
4. AKLAIR, Leslie. **The transnational capitalist class**. Oxford: Blackwell Publishing, 2001.
5. ARAÚJO, Kátia Medeiros de. **Consumo e reconhecimento social: a valorização do morar bem entre novas elites do Recife**. Tese. 2006 (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2006. (mimeo).
6. BEAVERSTOCK, Jonathan. “Transnational elites in global cities: British expatriates in Singapore’s financial district.” **Geoforum**, n. 33, v. 4, p. 525–538, 2002.
7. BEAVERSTOCK, Jonathan; HUBBARD, Philip; SHORT, John Rennie. “Getting away with it? Exposing the geographies of the super-rich.” **Geoforum**, n. 35, p. 401-407, 2004.
8. BALTZELL, Edward Digby. **The Protestant Establishment: Aristocracy and Caste in America**. New Haven: Yale Univ. Press, 1987.
9. BELLIER, Iréne. “A Europeanized elite? An anthropology of European Commission officials.” **Yearbook of European Studies**, n. 14, p. 135-156, 2000.
10. BERGERON, Louis. **Les Rothschild et les autres: Les Gloire des Banquiers**. Paris: Perrin, 1991.
11. BEST, Heinrich; HIGLEY, John (ed.). **Democratic Elitism: New Theoretical and Comparative Perspectives**. Leiden and Boston: Brill, 2010.
12. BEST, Heinrich; BECKER, Ulrike (ed.). **Elites in Transition: Elite Research in Central and Eastern Europe**. Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden GmbH, 1997.
13. BEZERRA, Marco Otávio. **Em nome das “bases”**: política, favor e dependência

- peçoal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Núcleo de Antropologia da Política, 1999.
14. BOLTANSKI, Luc. **Le Cadres**: La formation d'un groupe social. Paris: Minuit, 1982.
 15. BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
 16. BOSCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
 17. BOTTOMORE, Thomas Burton. *Elites and Society*. Harmondsworth: Penguin Books, 1964.
 18. BOURDIEU, Pierre. "Condição de classe e posição de classe". In: MICELI, Sergio (org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 3-25.
 19. BOURDIEU, Pierre. **La Distinction**: Critique sociale du jugement. Paris: Minuit, 1979.
 20. BOURDIEU, Pierre. "Le capital social. Notes provisoires." **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n 31, p. 2-3, 1980.
 21. BOURDIEU, Pierre. "Espace social et genèse des classes". **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 52-53, p. 3-14, 1984.
 22. BOURDIEU, Pierre. "La perception sociale du corps". **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 31, 1977.
 23. BOURDIEU, Pierre. **La Noblesse d'État**. Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Minuit, 1989.
 24. BOURDIEU, Pierre. "La noblesse: capital social et capital symbolique". In: SAINT MARTIN, Monique de; LANCIEN, Didier. **Anciennes et Nouvelles Aristocraties**: de 1880 à nos jours. Paris: Éditions de la MSH, 2007. p. 385-397.
 25. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Empresários e administradores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
 26. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. "Pobres elites iluminadas". **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 14, v. 38, 2000.
 27. CAMP, Roderic. "Informal and formal networking among elite Mexican capitalists and politicians." **Comparative Sociology**, n. 2, v. 1, p. 135-154, 2003.
 28. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). **Os Donos do Capital**: a trajetória das principais famílias do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.
 29. CANEDO, Leticia Bicalho. La production généalogique et les modes de transmission d'un capital politique familial dans le Minas Gerais brésilien. **Genèses**, Paris, v. 31, n. 31, p. 4-28, 1998.

30. CANEDO, Letícia Bicalho. Les boursiers de la fondation Ford et la recomposition des sciences sociales brésiliennes. Le cas de la science politique. **Cahiers de la Recherche sur L'Éducation et les Savoirs**, v. 2, p. 33-55, 2009.
31. CANEDO, Letícia Bicalho; ALMEIDA, Ana Maria; GARCIA JUNIOR, Afrânio; BITTENCOURT, Agueda Bernardete. **Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras**. Campinas: UNICAMP, 2004.
32. CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difel, 1964.
33. CARDOSO, Fernando Henrique. “Las elites empresariales en America Latina”. In: LIPSET, Seymour Martin; SOLARI, Aldo. **Elites y desarrollo en America Latina**. Buenos Aires: Paidós, 1967.
34. CARDOSO, Fernando Henrique. **Mudanças sociais na América Latina**. São Paulo, DIFEL, 1969.
35. CASTILHO, Sérgio; TEIXEIRA, Carla Costa; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org.). **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014.
36. CASTRO, Celso. **O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
37. CASTRO, Celso. LEIRNER, Pierro. **Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
38. CODATO, Adriano Nervo. **Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64**. São Paulo: Hucitec, 1997.
39. COHEN, Abner (ed.). **Urban Ethnicity**. London: Tavistock Publications, 1974. p. ix-xxiv.
40. COHEN, Abner. **The Politics of Elite Culture: Explorations in the Dramaturgy of Power in a Modern African Society**. Berkeley: University of California Press, 1981.
41. COMERFORD, John Cunha; BEZERRA, Marco Otávio. “Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política”. **Análise Social**, v. XLVIII, p. 465-489.
42. CORREA, Jessica Beth Sadie Sklair. **Relações de Segregação: novas práticas filantrópicas entre elite paulistana**. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, 2007.
43. DAHRENDORF, Ralf. **Class and Class Conflict in Industrial Society**. Stanford: Stanford University Press, 1959.
44. DALOZ, Jean-Pascal. “Elite distinction: Grand theory and comparative perspectives.”

- Comparative Sociology**, n. 6, v. 1-2, p. 27–74, 2007.
45. DALOZ, Jean-Pascal. **The Sociology of Elite Distinction: From Theoretical to Comparative Perspectives**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.
 46. DALOZ, Jean-Pascal. “Introduction: Elites and their representatives: multi-disciplinary perspectives.” **Historical Reflections**, n. 36, p. 1-6, 2010.
 47. DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. **The internationalization of palace wars. Lawyers, Economists, and the Contest to Transform Latin American States**. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.
 48. DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. **Asian Legal Revivals. Lawyers in the Shadow of Empire**. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.
 49. DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant (ed.). **Lawyers and the rule of law in an era of globalization**. New York: Routledge, 2011.
 50. DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
 51. DINIZ Eli; BOSCHI, Renato Raul. **Empresários, interesses e mercado**. Dilemas do desenvolvimento no Brasil. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2004.
 52. DINIZ, Eli. “Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil”. In: DINIZ, Eli (org.). **Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90**. Florianópolis: UFSC/IDACON, 1993.
 53. DOGAN, Mattei. **Elite Configurations at the Apex of Power**. Leiden; Boston: Brill Academic Publishers, 2003.
 54. DOMHOFF, William. **Who Rules America? Power, Politics, and Social Change**. 5. ed. New York: New McGraw Hill, 1967.
 55. DOMHOFF, William. **Who Really Rules? New Haven and Community Power Reexamined**. New Brunswick: Transaction Books, 1978.
 56. DOMHOFF, William; ZWEIGENHAFT, Richard. **Diversity in the Power Elite**. New Haven: Yale Univ. Press, 1999.
 57. DREYER, Lynette. **The Modern African Elite of South Africa**. Houndsmill: Macmillan, 1989.
 58. DRONKERS, Jaap; SCHIJF, Huibert. “Elites.” In: RITZER, George. **The Blackwell Encyclopedia of Sociology**, edited by George Ritzer, 1362 –1364. Oxford and Malden: Blackwell, 2007.
 59. DUARTE, Luiz Fernando Dias. “Geração, fratria e gênero: um estudo de mandato

- transgeracional e subjetivação diferencial”. *Trivium*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 01-19, jan./jun. 2011.
60. DURAND-GUEDY, David. **Iranian Elites and Turkish Rulers: A History of Isfahān in the Saljūq Period**. London: Routledge, 2010.
61. ENGELSTAD, Fredrik; GULBRANDSEN, Trygve (ed.). **Comparative Studies of Social and Political Elites**. Amsterdam: Elsevier, 2007.
62. ESPINOZA MOLINA, Fran. **Bolivia: La circulación de sus élites (2006-2014)**. Santa Cruz de la Sierra: El País, 2015.
63. ETZIONI-HALEVY, Eva. **The Elite Connection: Problems and Potential of Western Democracy**. Cambridge: Polity, 1993.
64. EYAL, Gil; SZELENYI, Ivan; TOWNSLEY, Eleanor. **Making Capitalism Without Capitalists: The New Ruling Elites in Eastern Europe**. London: Verso, 2001.
65. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.
66. FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
67. FERGUSON, James. **Global Shadows: Africa in the Neoliberal World Order**. Durham: Duke Univ. Press, 2006.
68. FERGUSON, James. “The uses of neoliberalism”. *Antipode*, n. 41, p.166-184, 2009.
69. FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. “Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality”. *Am. Ethnol.*, n. 29, p. 981-1002, 2002.
70. FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1984.
71. FERREIRA, Leticia; LOWENKRON, Laura (org.). **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.
72. FOUCAULT, Michel. Governmentality. *In*: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter. **The Foucault Effect: Studies in Governmentality**. Chicago: Univ. Chicago Press, 1991. p. 87-104.
73. FUMANTI, Mattia. “The making of the fieldworker: Debating agency in elites research”. *Anthropology Matters*, n. 6, v. 2, p. 1–9, 2004.
74. GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. Vantagens e armadilhas do atraso. *In*: GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul; CANEDO, Leticia; TOMIZAKI, Kimi (org.). **Estratégias Educativas das Elites Brasileiras na Era da Globalização**. São Paulo: HUCITEC/

FAPESP, 2013. p. 183-212.

75. GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. Une noblesse républicaine, Fernando Henrique Cardoso et la sociologie au Brésil. *In: HEILBRON, Johan; LENOIR, Remi; SAPIRO, Gisèle; PARGAMIN, Pascale (org.). Pour une histoire des sciences sociales: Hommage à Pierre Bourdieu.* Paris: Fayard, 2004. p. 305-322.
76. GRAZ, Jean-Christophe. “How powerful are transnational elite clubs? The social myth of the World Economic Forum.” *New Political Economy*, n. 8, v. 3, p. 321-340, 2003.
77. GRYNSZPAN, Mário. **Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas. 1999.
78. HANSEN, Edward; PARRISH, Timothy. “Elites Versus the State: Towards an Anthropological Contribution to the Study of Hegemonic Power in Capitalist Society”. *In: MARCUS, George (ed.). Elites: Ethnographic Issues.* Albuquerque: University of New Mexico Press, 1983. p. 257-278.
79. HARTMANN, Michael. **The Sociology of Elites.** London: Routledge, 2007.
80. HAY, Iain (ed.). **Geographies of the Super-Rich.** London: Edward Elgar, 2013.
81. HEINZ, Flavio (org.). **Por uma outra história das elites.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
82. HERZ, Rosanna; IMBER, Jonathan. Fieldwork in elite settings. *Journal of Contemporary Ethnography*, n. 22, v. 1, p. 3-6, 1993.
83. HERZ, Rosanna; IMBER, Jonathan (ed.). **Studying elites using qualitative methods.** London: SAGE, 1995.
84. HIGLEY, John; BURTON, Michael. **Elite Foundations of Liberal Democracy.** Lanham: Rowman & Littlefield, 2006.
85. HIGLEY, John; Pakulski, Jan. “Elite and leadership change in liberal democracies.” *Comparative Sociology*, n. 6, v. 1-2, p. 6-26, 2007.
86. KELLER, Suzanne. **Beyond the Ruling Class: Strategic Elites in Modern Society.** New York: Random House, 1963.
87. LANE, David. “Identity formation and political elites in the post-socialist states.” *Europe-Asia Studies*, n. 63, v. 6, p. 925-934, 2011.
88. LASCH, Christopher. **The Revolt of the Elites and the Betrayal of Democracy.** New York: W.W. Norton & Company, 2013.
89. LEAL, Natacha. **Nome aos bois: zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite.** São Paulo, HUCITEC/ANPOCS, 2014.

90. LEIRNER, Piero. **Meia-Volta, Volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV/FAPESP, 1997.
91. LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e interesses na industrialização brasileira**: As associações industriais, a política econômica e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
92. LERNER, Robert; NAGAI, Althea; ROTHMAN, Stanley. **American Elites**. New Haven: Yale University Press, Rothman, 1996.
93. LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. **Sujeitos e Objetos do Sucesso**: Antropologia do Brasil emergente. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
94. LOMNITZ, Larissa Adler; PEREZ-LIZAU, Marisol. **A Mexican Elite Family, 1982-1980**. Kinship, Class, and Culture. New Jersey: Princeton University Press, 1987.
95. LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo**. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.
96. LOVE, Joseph; BARICKMAN, Bert. Elites regionais. *In*: HEINZ, Flavio (ed.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
97. MACHADO, Lia Zanotta; MOTTA, Antonio. Brazilian Anthropology in times of intolerance: The challenges of confronting neoconservatism. **Vibrant**, v. 16, p. 1-19, 2019.
98. MANCUSO, Wagner Pralon. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, 2007.
99. MARCUS, George. **Elites**: Ethnographic Issues. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1983.
100. MARCEAU, Jane. **Family Business?** The making of an international business elite. Cambridge: Cambridge University Press; Paris: Editions de la Maison des Sciences de L'homme, 1989.
101. MARKOWITZ, Michele Andréa. **Banco e banqueiros, empresas e famílias no Brasil**. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
102. MARTINS, Luciano. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
103. MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Patronato Rural no Brasil Recente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
104. MILLS, Charles Wright. **The Power Elite**. New York: Oxford University Press, 2000 [1956].

105. MIRANDA, Ana Paula Mendes de. **Burocracia e fiscalidade**: Uma análise de práticas de fiscalização e cobrança de impostos. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2016.
106. MOSCA, Gaetano. **The Ruling Class**. New York: McGraw-Hill, 1923 [1895].
107. MOURA, Cristina Patriota de. **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira**: Um estudo de carreira e socialização. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.
108. MOTTA, Antonio. *À Flor da Pedra*. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. Recife: Massangana / Ministério da Educação, 2009.
109. Nader, Laura. Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 49, p. 328-356, 2020. [1972]. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2020.i49.a44427>. Acesso: 16 nov. 2021.
110. NADER, Laura; MATTEI, Ugo. **Pilhagem**: quando o Estado de Direito é ilegal. São Paulo: WMF; Martins Fontes, 2013.
111. NASH, June. Ethnographic Aspects of the World Capitalist System Source. **Annual Review of Anthropology**, n. 10. p. 393-423, 1981.
112. ORTNER, Sherry. Access: Reflections on studying up in Hollywood. **Ethnography**, n. 11, v.2, p. 211-233.
113. PARETO, Vilfredo. **The Rise and Fall of Elites**: An Application of Theoretical Sociology. New Brunswick: Transaction Books, 1991 [1901].
114. PERISSINOTTO, Renato; COSTA, Pulo Roberto Neves; NUNES, Wellington; ILHA, Angela. Elites estatais e industrialização: ensaio de comparação entre Brasil, Argentina e México (1920-1970). **Revista de Economia Política**, n. 34, v. 3, p. 503-519, 2014.
115. PERISSINOTTO, Renato; MASSINO, Lucas. Dossiê Elites em diferentes escalas: teoria e metodologia no estudo dos grupos dirigentes. **Revista de Sociologia Política**, v. 22, n. 52, 2014.
116. PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
117. PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Dans les beaux quartier**. Paris: Seuil, 1989.
118. PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Quartiers bourgeois, quartiers d'affaires**. Paris: Payot, 1992.
119. PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **La Chasse à courre, ses rites et ses enjeux**. Paris: Payot, 1996.
120. PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Grandes Fortunes**. Dynasties familiales et forms de richesse en France. Paris: Payot, 1996.

121. PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Nouveaux patrons, nouvelles dynasties**. Paris: Calmann-Lévy, 1999.
122. PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Voyage en grande bourgeoisie**. Journal d'enquête. Paris: PUF, 1997.
123. PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Les Rothschild**. Une famille bien ordonné. Paris: La Dispute, 1998.
124. PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Sociologie de la bourgeoisie**. Paris: La Decouvert, 2000.
125. PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Les ghettos du gotha**. Au Coeur de la grande bourgeoisie. Paris: Seuil, 2007.
126. PINA-CABRAL, João de; PEDROSO DE LIMA, Antonia. **Elites: Choice, Leadership and Succession**. Oxford: Berg, 2000.
127. POHLMANN, Markus; VALARINI, Elizângela. "Elite econômica no Brasil: discussões acerca da internacionalização da carreira de executivos brasileiros". **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, p. 39-53, 2013.
128. PONTES, Heloisa. Casas e domesticidade encenadas na metrópole. *In*: LIRA, José Tavares Correia de; NASCIMENTO, Flávia Brito do; SILVA, Joana Mello de Carvalho e; RUBINO, Silvana Barbosa. **Domesticidade, gênero e cultura material**. São Paulo: EDUSP, 2018. p. 275-287.
129. POMPEIA, Caio. **Formação Política do Agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.
130. PUTNAM, Robert. **The Comparative Study of Political Elites**. New Jersey: Prentice Hall, 1976.
131. REIS, Elisa; MOORE, Mick (org.). **Elite Perceptions of Poverty and Inequality**. London and Cape Town: Zed Books, 2005.
132. RIBEIRO, Gustavo Lins. O preço da Palavra: a hegemonia do capitalismo eletrônico-informático e o gooleismo. **Revista Mundaú**, n. 5, p. 18-45, 2018.
133. ROCHEDO, Aline Lopes. **Dinastias afetivas: a produção de ancestralidade através da transmissão de joias de família**. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
134. ROTHKOPF, David. **Superclass. The Global Power Elite and the World**. They Are Making. New York: Farrar, Strauss & Giroux, 2008.
135. SAES, Décio Azevedo Marques de. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- 136.SAES, Décio Azevedo Marques de. **República do capital**: Capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.
- 137.SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- 138.SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992.
- 139.SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **Uma história da desigualdade**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013). São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2018.
- 140.SILVA, Patricia Kunrath. A outra face da desigualdade: a articulação das elites no campo da filantropia e investimento social privado. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 4, p. 135-173, 2016.
- 141.SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org.). **Gestar e Gerir**. Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Nuap/Relume-Dumará, 2002.
- 142.SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; CASTRO, João Paulo Macedo e. Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Política(s) Pública(s). **Revista Antropológicas**, v. 26, p. 17-54, 2015.
- 143.TEITELBAUM, Benjamin. **Lions of the north**. Sounds of the New Nordic Radical Nationalism. New Yor: Oxfor University Press, 2017.
- 144.TEITELBAUM, Benjamin. **Guerra Pela Eternidade**: o Retorno do Tradicionalismo e a Ascensão da Direita Populista. Campinas: Ed. da Unicamp, 2020.
- 145.SVAMPA, Maristella. **As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina**: Conflitos Socioambientais, Giro Ecoterritorial e Novas Dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- 146.TEIXEIRA, Carla Costa; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão? *In*: DUARTE, Luiz Fernando Dias; MARTINS, Carlos Benedito (coord.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil**: antropologia. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 51-95.
- 147.TEIXEIRA, Carla Costa. **A Honra da Política**: Decoro Parlamentar e Cassação de Mandato no Congresso Nacional (1949-1994). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- 148.WEDEL, Janine. **Shadow Elite**: How the World's New Power Brokers Undermine Democracy, Government, and the Free Market. New York: Basic Books, 2009.
- 149.WERBNER, Richard. **Reasonable Radicals and Citizenship in Botswana**: The Public Anthropology of Kalanga Elites. Bloomington and London: Indiana University Press, 2004.
- 150.VAILATI, Alex. **Shooting Elites**: An Ethnography of Wedding Film Production for

Elites. In: VAILATI, Alex; ZAMORANO, Gabriela (org.). **Ethnographies of On Demand Films**. New York: Springer International Publishing, 2021. p. 125-144.

151. VELHO, Gilberto. **Nobres e Anjos**: Um Estudo de Tóxicos e Hierarquia. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1998.

152. VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir do movimento em fronteira. São Paulo: Difel, 1976.

Laura Graziela Gomes

Professora Titular do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Ciências Humanas (Antropologia) pela Universidade de São Paulo (1997). Membro do Comitê Editorial da Revista Antropolítica. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0044-5259>. Colaboração: seleção e sistematização de artigos; redação e revisão da apresentação. E-mail: lauragraziela@gmail.com

Antonio Motta

Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Antropologia Social e Etnologia pela École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7940-7393>. Colaboração: seleção e sistematização de artigos; redação e revisão da apresentação. E-mail: antonio-motta@uol.com.br

Antonio Carlos de Souza Lima

Professor Titular Aposentado de Etnologia e Colaborador Voluntário do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Departamento de Antropologia, Museu Nacional-Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em antropologia social pelo PPGAS (1992). Coordenador da Área de Antropologia e Arqueologia junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5260-236X>. Colaboração: seleção e sistematização de artigos; redação e revisão da apresentação. E-mail: acslima@gmail.com